

IMAGOLOGIA

COLETÂNEA DE ENSAIOS DE HUGO DYSERINCK II

Organização, apresentação e revisão:

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Tradução

(autorizada pelo autor)

Alceu João Gregory
Jael Glauce da Fonseca
Marlene Holzhausen

Membros do grupo de pesquisa RELLIBRA
“Relações linguísticas e literárias Brasil-Alemanha”

Instituto Martius-Staden – 2007 - ISBN: 978-85-64168-17-6.

Como citar:

Ribeiro de Sousa, Celeste (org.). *Imagologia. Coletânea de ensaios de Hugo Dyserinck II*. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2007.

SUMÁRIO

Apresentação: Brevíssima história da literatura comparada.
Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Da etnopsicologia à etnoimagologia.
Trad. *Jael Glauce da Fonseca*

Imagologia literária e problemática da identidade étnica.
Trad. *Marlene Holzhausen*

Unidade apesar da diversidade. Expansão européia e consciência cultural europeia.
Trad. *Alceu João Gregory*

Como citar:

Ribeiro de Sousa, Celeste. Brevíssima história da literatura comparada e da imagologia. In: Ribeiro de Sousa, Celeste (org.). *Imagologia. Coletânea de ensaios II de Hugo Dyserinck*. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2007. ISBN 978-85-64168-17-6.

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA LITERATURA COMPARADA E DA IMAGOLOGIA

Apresentação

Celeste H. M. Ribeiro de Sousa

Hugo Dyserinck, comparatista de renome internacional, diante da tão propalada e eterna crise da literatura comparada, ocupa-se em seus ensaios, com o restabelecimento da trajetória da disciplina, iluminando os percalços por que passou e as conseqüências que, daí, advieram.

Assim, remete-nos ao alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) que, com sua construção romântica de “povo”, a unir numa única entidade língua, literatura, arte, filosofia, política, história, recorte geográfico, foi, no mundo moderno ocidental, o grande construtor das circunstâncias que haveriam de aninhar a literatura comparada.

A franco-suíça Madame de Staël, com seu livro *De l’Allemagne* de 1810, foi a primeira comparatista de grande repercussão. Criou, a partir de suas experiências, uma identidade cultural para a Alemanha e outra para a França.

Ela havia situado a diferença, melhor dizendo, a oposição *Alemanha-França* em três níveis diferentes, desenvolvendo assim uma estrutura, que haveria de se tornar o modelo mais bem sucedido de imagotípias bipolares conhecido até o momento na Europa.

A Alemanha, como elemento nuclear do norte europeu (“le Nord”), era para ela, visto de uma perspectiva intelectual, o país do Romantismo, enquanto a França e os países românicos em geral (“le Midi”) eram dominados pela tradição do Classicismo, marcado pela razão. Do ponto de vista religioso, a Alemanha era para ela o país do protestantismo, enquanto a França permaneceu marcada pelo catolicismo. E, politicamente, a Alemanha era dominada por um ímpeto de liberdade, há séculos desenvolvido contra a dominação romana, ao passo que a França (ao tempo de Madame de Staël um império e uma monarquia absolutista) sempre foi caracterizada por forças e maneiras de pensar autoritárias. Não foi por acaso que se desenvolveu, justamente a partir desta última oposição, a imagem de uma Alemanha, que sempre se impunha pelo “movimento” (e pelo ímpeto de mudanças), enquanto que a França se mantinha caracterizada pelo conservadorismo “estático”, o que, ainda em meados do século XX, é retomado por um Jean Giraudoux, na seguinte fórmula lacônica: “L’Allemagne est le mouvement et la France le repos” (A Alemanha é o movimento e a França o repouso).¹

¹ Dyserinck, Hugo - Einheit trotz Verschiedenheit: EU-Erweiterung und Gesamteuropäisches Kulturbewusstsein. In: Peeters, Roger (Ed.) - Europe’s identity, culture and values .Amsterdam. Bruxelas, Stichting Christenen voor Europa v.z.w., 2004, p.125-133. Este ensaio “Unidade apesar da diversidade” encontra-se traduzido, nesta coletânea, por Alceu João Gregory, pesquisador do grupo RELLIBRA “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

Alguns estudiosos passaram a se interessar pelo assunto e o levaram à Academia: François Villemain à Sorbonne, em 1827/28, num curso comparativo sobre literatura e cultura do século XVIII e, também, na publicação, de 1842, *Histoire comparée des littératures française et espagnole* (História comparada das literaturas francesa e espanhola); Jean Jacques Ampère à Escola Normal Superior, em 1830, e ao Collège de France, em 1833, através de uma docência acentuadamente comparativa sobre literaturas européias; Philarete Chasles ao Ateneu, em 1835, com o “Curso de literatura comparada” e, depois também, ao Collège de France; Frederic Ozanam à Sorbonne, em 1840, com estudos comparados das literaturas francesa e alemã; Louis Benloew à universidade de Dijon, em 1848, com sua aula inaugural *Introduction à l’histoire comparée des littératures* (Introdução à histórica comparada das literaturas); A. Delatouche, jurista, à sociedade em geral, em 1859, quando publicou *Cours de littérature comparée: Romantisme et Classicisme* (Curso de literatura comparada: Romantismo e Classicismo).

Contudo, o verdadeiro início da literatura comparada, como disciplina autônoma, só acontece a partir da segunda metade do século XIX, quando começa a despontar como disciplina de estudos supranacionais, ao lado, mas independente, das filologias nacionais. Em 1877, por exemplo, é fundada a primeira revista multilingual especializada no assunto, por Hugo Meltzl de Lomnitz na universidade de Klausenburg, hoje pertencente à Romênia, tendo sido suspensa por motivos ainda não esclarecidos no mesmo ano. Nela exercia-se a crítica ao pensamento nacionalista, trabalhado pelas filologias, sem querer, no entanto, lesar a particular maneira de ser de qualquer povo. O objetivo era, à época, fazer uma reflexão sobre a comparação das literaturas, discutir a problemática referente à sua tradução. O grande problema que se apresentava, à data, residia no conceito nebuloso de “nação” por detrás das “literaturas individuais de determinadas comunidades”, de modo que, muitas vezes, quando “nação” e “estado” se superpunham, a suposta literatura “nacional”, se confundia com a literatura “individual” da comunidade, e, quando dentro de um estado havia várias nações, ou ainda, quando dentro de uma nação havia vários estados, nítidas fronteiras eram forçadas, o que atrapalhava as investigações da literatura comparada.

Neste mesmo ano de 1887, Max Koch também funda em Berlin a revista “*Zeitschrift für Vergleichende Literatur*” (Revista de literatura comparada) que durará até 1910. Entretanto, na introdução, o editor esclarece que o estudo da literatura internacional, apoiado pela revista, serve ao melhor conhecimento das literaturas nacionais. Considerava-se Lessing, dentro da literatura alemã, como o gênio que, ao comparar a literatura francesa com o teatro grego, hispânico, italiano e inglês, libertara o teatro alemão de um jugo cultural opressor, permitindo-lhe ser alemão.

É mister perceber, assim, que a verdadeira mola propulsora da literatura comparada pode ser encontrada na atitude rebelde de alemães como Lessing e outros: Herder, Schiller, Tieck, os irmãos Schlegel, contra a influência cultural francesa. Os dois impulsos, de um lado, o cosmopolita e inter-nacionalista, amparado na filosofia e na ideologia iluministas, de outro, a prática sócio-cultural calcada na idéia de “nação”, contribuem para a sedimentação e sistematização de uma metodologia comparatista a abrir uma área de reflexão que haverá de se desdobrar em 2 direções: rumo ao historicismo e rumo à tematologia (Stoffgeschichte).

Porém, apesar de ter nascido na Alemanha, a literatura comparada lá não conseguiu impor-se ao cultivo da filologia nacional. Por assim dizer, é na França que a

literatura comparada é formatada em disciplina, introduzida na universidade, e mantida com regularidade.

Em 1892, Joseph Texte, nomeado para universidade de Lyon, coloca a pedra fundamental para a consolidação do ensino de literatura comparada através de sua conferência “L’ influence des littératures germaniques sur la littérature française depuis la Renaissance” (A influência das literaturas germânicas sobre a literatura francesa depois da Renascença). Durante toda a sua docência mostrará um pensamento sempre pautado pela reflexão literária supranacional, dirigida ao cultivo de um “espírito europeu”.

Falecido Joseph Texte, Fernand Baldensperger sucede-lhe, em 1910, na cátedra de Lyon. Em sua aula inaugural põe em evidência a “literatura européia”, referindo-se ao conceito de “Weltliteratur” (literatura mundial) celebrado por Goethe.

Meses antes, em Paris, realizara-se um congresso de história comparada, aberto por Ferdinand Brunetière, discípulo de Texte, com um pronunciamento também sobre a “literatura européia”, uma unidade orgânica, uma unidade de grande variedade, vista de uma perspectiva supranacional. Brunetière chega a mencionar a necessidade da criação de outras cátedras comparatistas.

Em 1910, Baldensperger transfere-se para a Sorbonne, para a recém-fundada cátedra de comparatística, de onde haveria de sair um núcleo formador da assim chamada Escola Francesa de Literatura Comparada, de renome internacional. Em seu livro *La littérature, création, succès, durée* (A literatura, criação, sucesso, duração), de 1913, o autor tece novas e sólidas bases para a reflexão literária supranacional. Num artigo de 1921, intitulado “La littérature comparée. Le mot et la chose” (A literatura comparada. A palavra e a coisa), renova a disciplina, separando-a da antiga história temática e da pesquisa das fontes de cariz positivista. Desloca, assim, o foco de interesse para o estudo das relações, para a investigação da recepção, o que eleva a disciplina a um patamar civilizatório.

Depois da Primeira Grande Guerra uma cátedra de literatura comparada é também aberta em Strassburg.

Mas a Primeira Guerra Mundial e também a Segunda, a exigirem a defesa de fronteiras e a fortalecerem o pensamento nacional, acabam por dificultar a trajetória supranacional da literatura comparada: a par do reconhecimento de que a literatura comparada poderia ser o veículo de uma “liga de povos”, tomam corpo sentimentos patrióticos poderosos.

E, talvez, tenha sido justamente esta dialética intensa entre o nacional e o supranacional, associada ao positivismo, que tenha levado ao desinteresse generalizado pela disciplina, apesar de diversas tentativas de institucionalização, muitas malogradas, tanto na Alemanha, quanto na Itália, na Suíça, na Inglaterra, na Dinamarca, nos USA, onde em conjunto com estudiosos locais, ou separadamente, alguns comparatistas franceses passaram a atuar.

Entretanto, na França, a literatura comparada, apesar das dificuldades não perde o fôlego.

Em 1921, Baldensperger funda a *Revue de Littérature Comparée* (Revista de Literatura Comparada), redigida em francês e inglês, porta-voz internacional da literatura comparada até hoje.

Em 1925, Paul Hazard, discípulo de Baldensperger, transfere-se de Lyon para o Collège de France. Em 1935, publica *Crise de la conscience européenne* (Crise da consciência européia), em que o fenômeno é visto de uma perspectiva supranacional como genérico e europeu. Neste mesmo ano, Baldensperger ocupa nos USA a cátedra de literatura comparada em Harvard.

Depois da Segunda Grande Guerra, a disciplina é introduzida em todas as universidades francesas, onde pontificam Paul Van Tieghem, Jean-Marie Carré, Marius-François Guyard.

Paul Van Tieghem reforça a perspectiva supranacional em uma nova sistematização, distinguindo (de maneira equivocada) duas áreas de pesquisa: a área da literatura comparada, em que se pesquisam as relações entre duas literaturas (por exemplo, a recepção de Schiller na França), e a área da literatura geral, em que se pesquisam os fenômenos que ocorrem simultaneamente em várias literaturas (por exemplo, a natureza do Romantismo europeu). Ora, na verdade, as duas áreas são literatura comparada.

Jean-Marie Carré que tinha ocupado a cátedra de literatura comparada na Columbia University em New York, de 1922 a 1923, e que publicara, entre muitos outros, o livro *Images d'Amérique* (Imagens da América), estabelece a diferença conceptual entre “imagem” e “miragem” e recupera, assim, uma linha de pesquisa denominada de imagologia literária². A literatura comparada preocupava-se, até então, com a possibilidade do estabelecimento de uma “literatura geral”, a partir da identificação de convergências e de diferenças no interior de um determinado período literário comum a várias literaturas, e com a investigação das influências de uma literatura sobre a outra, bem como da recepção de uma literatura por outra, dando ensejo à criação de hierarquias. Almejava chegar a estabelecer uma literatura universal ou geral, ultrapassando todas as barreiras lingüísticas. Diante de metas tão ambiciosas, a imagologia literária desponta, com Carré, como uma linha de pesquisa dentro da literatura comparada, de ambições menores, mas com objeto de pesquisa claramente definido, e que, portanto, passa a ser cultivada e refinada dentro da academia francesa. De fato, com Carré, a imagologia literária passa a integrar o programa acadêmico francês e, com ela, também os estudos de recepção, bem como a investigação das relações de contato entre literaturas ganham outra dimensão. Entretanto, em paralelo à imagologia literária, uma outra disciplina que, com ela, dividia interfaces, tomava corpo: a “psicologia dos povos”, isto é, os primórdios da “etnopsicologia”, uma incipiente psicologia social, que acreditava poder explicar causalmente as supostas diferenças essenciais entre comunidades denominadas de “povos” e de “nações”. O crescimento paralelo entre imagologia literária e “psicologia dos povos” haveria de causar muitas confusões entre o alcance e o rigor metodológico das duas novas disciplinas, apesar de Carré ter-se empenhado no descarte das tentativas de explicar diferenças e afinidades em termos de “psicologia dos povos” e na recusa da identificação/avaliação de um povo apenas através das obras literárias por ele produzidas. Por causa das interferências/intersecções entre literatura comparada, imagologia literária e “psicologia dos povos” (entre outros), acaba por passar despercebida a correção da trajetória da literatura comparada levada a cabo por Carré, ao focar a imagologia, de limites e objetivos claros, no seio da literatura comparada, de objetivos por demais amplos e difusos.

Seu discípulo Marius-François Guyard segue os passos do mestre, dedica pela primeira vez em sua *Literatura comparada*, publicada em 1951, um capítulo à imagologia e dá-lhe o título de “L'étranger tel qu'on le voit” (o estrangeiro tal como se o vê), fortalecendo assim a distância entre a perspectiva “imagológica”, que leva em consideração a relatividade atinente ao observador, tem um objeto de pesquisa preciso e método cientificamente delineado, e a perspectiva “etnopsicológica”.

² - Leia-se: Sousa, Celeste Ribeiro de - *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*. São Paulo, Humanitas, 2004, principalmente a Parte I.

Com o final da Segunda Grande Guerra e com o fim do delírio da raça ariana pura, alimentado pelo Nacional-Socialismo alemão, o interesse pela “psicologia dos povos” refluí, compreensivelmente, pelo mundo afora e, em particular, na Europa. Quando se realiza o primeiro congresso internacional da Associação de Literatura Comparada em 1955, em Veneza, assim se define o objetivo da disciplina: “promover o estudo da literatura do ponto de vista internacional. Ela se esforça para atingir este objetivo através da cooperação internacional”.

Até hoje, os estatutos da ICLA, adotados na Assembléia Geral de Veneza (1955) e alterados posteriormente em Fribourg, Bordeaux, Innsbruck, New York, Paris, Edmonton e Leiden, declaram que o objetivo principal da Associação continua a ser “promover o estudo da literatura do ponto de vista internacional. Ela se esforça para atingir este objetivo através da cooperação internacional”.

Mas, ao tempo em que Jean-Marie Carré e Marius-François Guyard representam a literatura comparada na França, e lhe começam a corrigir a rota, abrindo a possibilidade ao seu desenvolvimento através da imagologia literária, que dispunha de objeto de investigação preciso e método cientificamente elaborado, tanto a literatura comparada quanto a imagologia literária sofrem um forte abalo com os pronunciamentos do checo-americano René Wellek: primeiro, em 1953, com o artigo “The concept of comparative literature” (O conceito de literatura comparada), publicado no *Yearbook of comparative and general literature* 2 (1953): 1-5; depois, em 1955, com o texto “The name and nature of comparative literature” (O nome e a natureza da literatura comparada³), lido no 1º Congresso da ICLA em Veneza; e depois, em 1958, com a apresentação de “The crisis of comparative literature” (A crise da literatura comparada⁴) no 2º Congresso da ICLA em Chapel Hill.

René Wellek levanta toda uma celeuma, baseado nas novas perspectivas literárias elaboradas pelos formalistas russos e pelos lingüistas do Círculo de Praga, bem como pelo “new criticism” americano, com sua defesa do texto literário como artefato fechado em si mesmo, da necessidade de “close reading” e da exclusiva importância da imanência do texto para os objetivos precisos da crítica e da teoria literárias. Entretanto, há nesta celeuma, bastantes equívocos, tal como se reconhece hoje: o texto literário constitui apenas um elemento dentro de um complexo processo de comunicação, em que nem o autor, nem o leitor, e suas circunstâncias podem ser descartados. Assim, também ao enfatizar tão veementemente que à literatura comparada não cabia fazer o que se dizia ser da alçada da “psicologia dos povos”, Wellek confessa a sua aceitação de tal disciplina como cientificamente legitimada! Apesar de tudo isto ter sido levantado, o peso e a repercussão das demais obras de Wellek sobre teoria da literatura e a história da crítica literária em vários volumes, ao desviarem para si a atenção, parecem ter contribuído para a estabilização dos equívocos, o que provocou o “recesso” não só da literatura comparada, como também da imagologia literária.

Nos anos 60 surge nos USA o debate multicultural em torno da questão dos direitos civis dos negros. As raízes históricas de sua cultura e, portanto, o colonialismo/pós-colonialismo, são trazidos ao palco das discussões. A comparação entre as distintas expressões culturais (e literárias) é inevitável e, assim, o multiculturalismo chega à literatura comparada, como um desdobramento, e, à semelhança da imagologia literária, tem um objeto preciso de pesquisa. A partir dos anos 90, chega à Europa e à América do Sul com um enfoque semelhante ao americano:

³ Este texto encontra-se traduzido em: Coutinho & Carvalhal - *Literatura comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 120-148.

⁴ Este texto encontra-se traduzido em: Coutinho & Carvalhal - *Literatura comparada. Textos fundadores*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 108-119.

o tratamento político das questões da diversidade cultural, porque, tanto na América do Sul, quanto na Europa, a diversidade cultural já era um fato conhecido. O que se passa a fazer agora é combater o etnocentrismo branco, ou o eurocentrismo, em busca de uma utópica universalidade, coisa que a literatura comparada já perseguia. Na União Européia, por exemplo, (a braços também com os imigrantes), a problemática é, hoje, candente: haverá uma cultura comum ou várias, como proceder?

Dyserinck retoma, a partir da década de 60, a literatura comparada cultivada na academia francesa desde o século XIX, já surgida da necessidade de entender o multiculturalismo europeu, alude à sua difícil convivência com as modernas filologias nacionais, mostra como a chamada “psicologia dos povos” surge em paralelo como uma outra linha de pesquisa que, no entanto, com ela divide interfaces, bem como explica que, se a literatura comparada tem em comum com a “psicologia dos povos” o fato de perseguir metas por demais ambiciosas, sem o respaldo, nem de métodos, nem de bases científicas, a imagologia literária desenvolve-se numa outra direção, oposta à da “psicologia dos povos”, além de poder recorrer a objetivos de pesquisas bem delineados e a métodos cientificamente elaborados.

Em 1967, enquanto a imagologia literária era retirada de todos os programas de literatura comparada na Alemanha, devido às novas formatações curriculares, fundava-se na universidade de Aachen o Programa de Imagologia Literária, como um desdobramento ou a continuidade da literatura comparada de cariz francês. O objetivo e o alcance da imagologia literária tornam-se cristalinos: “O objetivo da imagologia literária é contribuir, entre outros, para a discussão e superação de ‘formas de pensar nacionais’. De forma concreta: ela deve investigar e analisar a função das imagens e estruturas imagotípicas em obras literárias dos séculos passados e fazer uma revisão desideologizante das publicações de caráter histórico literário e crítico, que não raro se envolveram com o que referimos como ideológico e ideologizante. Trata-se, portanto, de uma disciplina com relevância social, política, cultural e antropológica com o objetivo de aprender sobre o passado em favor do presente e do futuro. A imagologia literária esforça-se para oferecer perspectivas antes não reconhecidas das relações intelectuais que superam fronteiras e interdependências. Quando voltada para o futuro, vê como sua função a desideologização de imagens e estruturas imagotípicas nas obras contemporâneas, tornando-as inócuas e neutras. Falando de outra forma: trata-se da desideologização do pensamento humano por meio de análises de imagens que ainda manifestam e desenvolvem estruturas imagotípicas, para banir do futuro o mal que advém da velha crença dominante, presente na “psicologia dos povos”, em uma diferença condicionada e determinista, entre esses mesmos povos. [...] A superação do pensar em categorias nacionais e, em especial, em categorias “populares” (seja preconceitos, estereótipos, etc.) é, entre outras tarefas, o objetivo principal da imagologia literária, a par de uma compreensão para além das fronteiras - o que já estava presente nos primórdios dos estudos comparados europeus.”⁵

Diante da meta ambiciosa da literatura comparada, sem lastro científico suficiente para seu imenso projeto, outros desdobramentos, irmãos da imagologia literária, explodem: tradução, recepção, multiculturalismo/interculturalidade/hibridismo,

⁵ Referência ao artigo traduzido nesta coletânea “Da etnopsicologia à etnoimagologia”. Dyserinck, Hugo – Von Ethnopsychologie zu Ethnoimagologie. Über Entwicklung und mögliche Endbestimmung eines Schwerpunkts des ehemaligen Aachener Komparatistikprogramms. In: Pál, József & Szili, József - *Neohelicon*. Acta Comparationis Litterarum Universarum. Budapest/London, Akadémiai Kiadó/ Kluwer Academic Publishers, 2002, S. 57-74. Trad. de Jael Glauce da Fonseca, pesquisadora do grupo RELLIBRA - “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

colonialismos/pós-colonialismos (pelo menos o espanhol e o português são diferentes do canônico britânico), literatura de minorias (gays, feministas, etc.), estudos interartes.

Em seus mais recentes ensaios, Hugo Dyserinck insiste em chamar a atenção para o que ele chama de teimosia europeia, ou seja, para o fato de que, na Europa, apesar da União, não se consegue deixar de pensar em termos de categorias nacionais, quando está mais que mostrado e comprovado que, tanto o conceito de povo, quanto o de nação, não passam de constructos discursivos. Segundo o estudioso, as várias entidades que constituem a diversidade europeia não são os estados, mas os povos e as linguagens regionais. As diferenças de caráter evocadas para distinguir povos ou grupos étnicos não se baseiam na realidade, mas em imagens e concepções. No correr da história, as nações existentes não eram senão estruturas artificiais e temporárias; não eram eternas e muito menos sagradas. Os comparatistas não se limitam, hoje, a desconstruir termos como “caráter nacional”; puseram também em foco o termo “povo” e, fazendo isso, colocaram igualmente em questão, entre outros, o termo “estado-nação”. Um exemplo de contrários imagotípicos entre duas entidades nacionais europeias pode ser encontrado, como se viu anteriormente, no livro de Madame de Staël *D’Allemagne* de 1810. Tais estruturas imagotípicas adotadas por muitos autores acriticamente mostraram-se difíceis de eliminar. Só ao final do século 20, graças aos estudos comparados, críticos e racionalistas, ficou demonstrado o quanto tais teorias ou outras semelhantes provenientes da chamada “psicologia étnica” eram equivocadas. A partir de exemplos tirados de entidades estatais como a Alemanha, a Bélgica e os Países Baixos, Dyserinck expõe as várias ilogicidades que caracterizam tais entidades e sublinha a falta manifesta de similaridade entre o que é aceito e o que se pensa. Sentimentos de lealdade regional, muitas vezes, não passam de expressões de desejo de segurança e de proteção. Houve tempo em que a linguagem era considerada capaz de oferecer essa segurança. Daqui procederia a expressão “minha língua é a minha pátria”. Segundo o pesquisador, é preciso pensar estes sentimentos de lealdade regional, assim como os desejos de segurança e proteção, os quais são naturalmente avessos a qualquer forma de patriotismo ou “patriotidade”.

Fontes bibliográficas:

DYSERINCK, Hugo – *Komparatistik. Eine Einführung*. Bonn, Bouvier, 1977.

SOUSA, Celeste Ribeiro de - *Do cá e do lá. Introdução à imagologia*. São Paulo, Humanitas, 2004.

Como citar:

Dyserinck, Hugo. Da etnopsicologia à etnoimagologia. Trad. Jael Glauce da Fonseca. In: Ribeiro de Sousa, Celeste (org.). *Imagologia. Coletânea de ensaios II de Hugo Dyserinck*. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2007. ISBN 978-85-64168-17-6.

Da etnopsicologia à etnoimagologia

Hugo Dyserinck

Da etnologia à etnoimagologia: Sobre o desenvolvimento e a finalidade de um núcleo de estudos do outrora programa dos Estudos Comparados de Aachen*

Partindo de um parentesco antes existente entre a literatura comparada e a denominada “psicologia dos povos”, deve ser lembrado que, no âmbito dos estudos comparados europeus, desenvolveu-se uma disciplina secundária conhecida como “imagologia literária”, a qual não só era uma consequência lógica da pesquisa em literatura comparada, mas também – na medida em que retomava certas questões da “psicologia dos povos” de um novo ângulo – podia vir a ser uma ciência da diversidade nacional da Europa que, devido à união entre “os povos”, revelava extraordinária atualidade. Através do desenvolvimento, não só da comparação literária, como também da investigação das fronteiras evanescentes nas relações literárias e culturais, no âmbito de uma comparatística crítica e racionalmente orientada, chegou-se a uma negação radical de tudo o que determina ou podia determinar o caráter nacional de nações ou povos. E a comparatística acusada das aberrações da “psicologia dos povos” trouxe, deste modo, à luz um nítido pólo oposto a qualquer tipo de “psicologia dos povos”, através do qual o pensar em categorias nacionais foi relativizado. Numa época de agonia geral da concepção de uma literatura comparada independente do ponto de vista acadêmico, tal como aconteceu com as filologias nacionais, a imagologia literária mostra-se como a concretização da dimensão filosófico- antropológica de uma disciplina literária originalmente muito promissora.

Desde o início, como se sabe, a literatura comparada sempre comungou da denominada “psicologia dos povos” - uma linha de pesquisa que surgiu em

* - Dyserinck, Hugo – Von Ethnopsychologie zu Ethnoimagologie. Über Entwicklung und mögliche Endbestimmung eines Schwerpunkts des ehemaligen Aachener Komparatistikprogramms. In: Pál, József & Szili, József - *Neohelicon*. Acta Comparationis Litterarum Universarum. Budapest/London, Akadémiai Kiadó/ Kluwer Academic Publishers, 2002, S. 57-74. Trad. **Jael Glauce da Fonseca**, pesquisadora do grupo RELLIBRA - “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

concomitância e que partia da crença na existência de povos e nações, passíveis de serem bem definidos, assim como também acreditava em um “espírito do povo” (ou “alma popular”) - sendo sua intenção, na medida do possível, compreendê-los cientificamente.

Embora haja referências a estágios anteriores e aos primórdios de uma “psicologia dos povos” - com raízes na Antigüidade - (por exemplo, Barclay, Vico, Montesquieu, Hume, Herder, Muralt, etc.) e embora, na Europa, já desde a metade do século XVI também se encontrem inúmeras manifestações de uma crença em caracteres nacionais ou em povos passíveis de serem descritos, a linha de pesquisa casualmente também denominada etnopsicologia foi introduzida como disciplina de ambições acadêmicas em territórios de fala alemã apenas na metade do século XIX. Tal fato aconteceu, vale ressaltar, por intermédio de dois intelectuais judeus Moritz Lazarus (1824-1903) e Heymann Steinthal (1823-1899) que comprovadamente perceberam, como problema existencial, a diferença de mentalidade entre os seus compatriotas, de um lado, e a maioria da população nativa à sua volta, de outro, tendo aspirado à sua superação através da criação de um “espírito popular” alemão comum. Em 1860, fundaram a primeira revista especializada, cujo título completo era *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft* (Revista de Psicologia dos Povos e Lingüística) que, no entanto, não apresentava as tendências ideológicas deterministas, que haveriam de pairar mais tarde, como uma sombra, sobre tudo o que se chamasse “psicologia dos povos”.

Com a denominação “psicologia dos povos”, lançaram um conceito ao mundo que, apesar de não ser preciso em diversos aspectos, alcançou uma grande popularidade - principalmente no meio alemão, onde logo passaria a ser instrumentalizado com a finalidade de fortalecer uma consciência nacional de bases populares. Mais tarde, vieram os argumentos nunca bem deglutidos “meio, raça e momento” de um Hippolyte Taine e várias publicações afins de filósofos e sociólogos franceses como Alfred Fouillée, Georges Vacher de Lapouge, assim como também outras teorias alemãs como as de Wilhelm Wundt e Eduard Spranger – para não falar das teorias sobre raça e espírito propagadas de forma oficial no meio universitário alemão na época do Nacional-Socialismo.

Após a Segunda Guerra, o interesse pela etnopsicologia manteve-se parcialmente fora dos círculos acadêmicos. Assim, juntamente com um pequeno grupo de publicitários franceses, os alemães Willy Hellpach e Wilhelm E. M. procuraram por outros meios ressuscitar a então marginalizada problemática das características de povos e populações em sua *Revue de psychologie des peuples* (Revista de psicologia dos povos) publicada em 1945 em Le Havre, despertando surpreendente interesse em pessoas e pesquisadores influentes da sociedade.¹ Mas também nesta revista,

¹ A *Revista de psicologia dos povos* que, depois de algum tempo, recebeu o título de *Etnopsicologia* (Ethnopsychologie) foi retomada por um grupo de pesquisa sob a direção de Abel Miroglio em 1945 em Le Havre. Tal grupo pertencia ao *Institut havrais de sociologie économique et de psychologie de peuples* que funcionava com recursos privados desde 1938 e que foi incorporado à recém-fundada universidade de Caen. Esta revista, que se juntou mais tarde aos *Cahiers de Sociologie Économique* (Cadernos de sociologia econômica), tinha um ‘Comité de Parainage’ com os seguintes membros, entre outros: os sociólogos Roger Bastide, Otto Klineberg e Georges Le Bras, e um ‘Comité de Direction’ a que pertenciam, entre outros, os comparatistas Sylvaine Marandon, Guy Michaud e Edmond Marc-Lipianski. Por algum tempo, atuou também na revista como presidente de honra o famoso sociólogo e publicitário André Siegfried, assim como também o presidente da França René Coty, oriundo de Le Havre como Siegfried. Com o passar dos anos, a revista voltou-se mais para assuntos ligados à sociologia, à ciência política e à economia, afastando-se cada vez mais das ciências humanas, o que evitou o retorno àquele pensamento ‘popular’ e ‘racista’, etc., predominante no estilo antigo da ‘psicologia dos povos’. Em 1981, a revista deixou de ser publicada.

prevaleceram os falsos pressupostos de uma psicologia coletiva do passado e suas sombras, o que determinou o fim dessa linha de pesquisa. Não se pode negar, entretanto, que boa parte do interesse original pela pesquisa e pela superação de diferenças e antagonismos entre povos, nações e comunidades religiosas levou, mais tarde, ao culto determinista de povos e grupos e, até mesmo, ao racismo. E, além disso, encontram-se poucas publicações, na época do Pós-Guerra, que possam retomar de forma positiva a questão científica em torno desse estudo introduzido na metade do século XIX e no início do século XVIII.

As discussões que presenciamos no decorrer do século XX sobre os estudos comparados sempre fizeram alusão ao nosso parentesco com a “psicologia dos povos”. Vivenciamos também o fato da literatura comparada, tal como compreendida na França, interessar-se cada vez mais pela área das ciências humanas, sendo até elogiada como provável parte de uma área mais abrangente como a da “psicologia dos povos”. Considerada ainda possível, tal relação foi utilizada como crítica à literatura comparada (*Littérature comparée*) francesa que ainda se baseava na tradição dos estudos comparados do continente europeu. De acordo com a opinião de críticos formalistas e imanentistas, os estudiosos de literatura comparada deveriam livrar-se no futuro dessa ligação e voltar-se para os caminhos estritamente literários. As bem difundidas teses desses críticos, defendidas com extrema veemência por René Wellek, trouxeram sérias conseqüências para o desenvolvimento internacional dos estudos comparados.² São por demais conhecidas no mundo especializado.

Na verdade, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma diminuição do interesse pelas questões e possibilidades da “psicologia dos povos” nos circuitos internacionais e, principalmente, europeus, um distanciamento motivado, tanto por uma justa dúvida sobre as perspectivas científicas da disciplina, nomeadamente sobre o seu caráter científico, quanto pela sua já mencionada e comprovada amalgamação com tudo o que se difundiu na ciência européia no século XX em termos de pensamento nacionalista e racista.

Nossa história pareceu voltar para Treppenwitz, pois justamente aqueles que defendiam radicalmente o ponto de vista dos formalistas de separar os estudos comparados da “psicologia dos povos” acreditavam na existência e no significado “de caracteres nacionais” e, assim, na legitimação de uma “psicologia dos povos” como campo de investigação. Wellek chegou até a falar da existência de “that obscure force, national character” (essa força obscura, o caráter nacional) e quis a explicação das diferenças entre as literaturas nacionais e suas diversas correntes, que ainda no programa da *Littérature Générale* haviam sido consideradas por Paul Van Tieghem, quis o conferimento dessa “força obscura”, para, então, no mesmo contexto, excluí-la imediatamente da pesquisa dos estudos comparados da literatura, pois segundo sua opinião, o cientista não tinha mais nada a fazer senão indicar as diferenças.³ E, em uma crítica à imagologia de 1962, Horst Rüdiger concordou plenamente com ele, ao esclarecer, em relação às minhas posições a respeito das divergências metodológicas francesas e americanas, que “nem as imagens positivas e nem as negativas sobre outras nações são assuntos concernentes à pesquisa literária, elas são objeto da “psicologia dos povos”; uma observação que exprimia sua aceitação de uma “psicologia dos povos” no

² Veja H. Dysenrick: *Komparatistik. Eine Einführung* (Aachener Beiträge zur Komparatistik. V. II, Bonn, Bouvier, 1977, 3 edição 1991 (especialmente a segunda parte do capítulo I).

³ René Wellek: *Deutsche und englische Romantik: Eine Konfrontation*, in: *Konfrontationen Vergleichende Studien zur Romantik*. Frankfurt am Main, 1964. p. 36

velho estilo como uma ciência séria.⁴

Mas onde se encontrava a real origem da “ligação” entre essas duas disciplinas, isto é, dessas duas linhas de pesquisa? Nos dois casos ficaram em evidência os questionamentos desencadeados por uma problematização da multinacionalidade européia e, em ambos os lados, havia pesquisadores que acreditavam na existência de diferenças essenciais no pensar, no sentir e na criação intelectual dos âmbitos “nacionais”, ou seja, “populares”. Assim, em ambas as ramificações, acreditou-se na possibilidade de explicar de modo causal as supostas diferenças essenciais entre as comunidades vistas como “nações”, ou “povos”. E o que se esperava que os “psicólogos do povo” fizessem a partir de determinados métodos de uma já existente, porém, rudimentar psicologia social ou coletiva, sob nova terminologia, haveria de ser alcançado pelos representantes de uma “história da literatura comparada”, quer dizer, da “literatura comparada”, através da comparação entre obras literárias, que supera barreiras lingüísticas. Contudo, o que ocorreu, de verdade, na maioria dos casos, foram tomadas de posição equivocadas, como por exemplo no caso particular da comparatística literária, ou mesmo, até certo ponto, nas falsas tentativas de abordagem de problemas da história da literatura européia, insatisfatoriamente delineados, que deveriam ter sido vistos e formulados de outra maneira. Pensando assim, os “caminhos errados” de ambas as partes deveriam, no fundo, já ser considerados superados no meio universitário europeu de 1950, e não havia motivo para não reconhecer a tentativa de renovação feita pelo comparatista parisiense Jean-Marie Carré como um novo e legítimo começo.

Além disso, ainda havia a campanha contra a imagologia literária, alimentada com empenho, sobretudo, pelos representantes do “intrinsic study” e da “imanência da obra”, que falhou, para não dizer que foi grotesca: na realidade, nenhuma linha de pesquisa científica da época estava mais preparada para corrigir as orientações equivocadas da assim chamada “psicologia dos povos” do que, justamente, a comparatística francesa; e, seguramente, através do desenvolvimento da imagologia literária. Mas este fato, à época da grande polêmica entre a escola americana e a escola francesa, possivelmente, não se impôs com a clareza necessária.

Entretanto, o passo definitivo fora dado e, por volta de 1950, as recomendações por parte da comparatística (em particular da francesa) eram bastante claras: dever-se-ia manter distância dos planos da comparação literária, até então cultivados, uma comparação literária, em parte, percebida como sem fronteiras, isto é, equivocada; por isso mesmo, dever-se-ia prestar atenção naquelas relações que, de fato, superam fronteiras e que, no âmbito das relações literárias e intelectuais, desembocam numa parte mais concreta da pesquisa, no *comment nous voyons-nous les uns les autres* (Como nos vemos uns aos outros). Em outras palavras, abram mão dos “grandiosos” planos da *comparaison littéraire* (comparação literária) e da *littérature générale* (literatura geral) em favor da pesquisa sobre as relações literárias, considerada sólida e mais consistente, tendo a imagologia literária como seu ponto mais alto.

Para aqueles que conheceram o desenvolvimento da *Littérature Comparée* desde os últimos anos do século XIX na França e que, depois da Segunda Guerra Mundial, depositaram esperança numa possível continuidade dos planos gerais de um Baldensperger, de um Paul Hazard e, principalmente, de um Van Tieghem, para então também serem obrigados a se deparar com algumas situações insolúveis, tratava-se de claramente abandonar o originalmente planejado. Afinal, o novo começo implicava até mesmo numa negação do endereço daqueles que ainda pensavam na possibilidade de se

⁴ Horst Rüdiger: *Nationalliteraturen und europäische Literatur. Methoden und Ziele der Vergleichenden Literaturwissenschaft.*, in: Schweizer Monatshefte, 42, Jg, Caderno 2 (Maio de 1962), p.202.

fazer pesquisa comparada no velho estilo, o que não era de admirar em uma definição de *Littérature Comparée* como *l'étude des relations spirituelles internationales* (o estudo das relações espirituais internacionais) ou mesmo em afirmações como *la littérature comparée n'est pas la comparaison littéraire* (a literatura comparada não é a comparação literária).⁵

E isto implicava, por fim, também numa recomendação de abandonar qualquer tentativa de “esclarecimento” de cunho psicológico-popular ou afim de quaisquer diferenças ou afinidades estabelecidas. A concepção de Carré de 1950 era tudo menos um convite à pesquisa “psicológico-popular”.

A concepção básica da imagologia literária, aquela do *l' étranger tel qu'on le voit* não era desconhecida da pesquisa literária européia por volta de 1950. Levando-se em consideração o fato de que os comparatistas franceses já tinham percorrido estes caminhos nas primeiras décadas do século (também Carré havia-se ocupado com estudos abrangentes sobre viajantes franceses no Egito), pode-se dizer que, sob a influência direta (e no âmbito) da história dos motivos (*Stoffgeschichte*), sempre houve um grande interesse por essa temática nas filologias propriamente ditas – e em diversos países europeus. Foi assim que, na época da República de Weimar, sob a influência do fim da Primeira Guerra Mundial, só para citar um exemplo alemão, surgiram, nas universidades alemãs, inúmeras dissertações sobre a imagem francesa e inglesa da Alemanha nas áreas dos estudos românicos e anglo-saxões, da mesma forma que também outras do mesmo tipo abordavam a imagem dos franceses e ingleses na literatura alemã. Entretanto, a maioria não só estava presa a uma filologia nacionalista e a um pensamento comprometido com categorias nacionais, mas também e em grande parte até mesmo voltada para um nacionalismo evidente, e, assim, tornava-se, por este motivo, inequívoca portadora e propagadora do pensamento imagotípico.⁶

Em parte, esses estudos são a melhor prova da existência de imagens no âmbito da crítica literária e da ciência da literatura e, em vez de se voltarem para a imagologia literária, tornaram-se material bruto e solo fértil para a propagação continuada de seus objetos de investigação. O *Esprit und Geist* (1927) de Eduard Wechsler deve ser compreendido neste contexto e em lugar de destaque.⁷

Por último, houve ainda, principalmente do lado alemão, durante a época do Nazismo, um verdadeiro *boom* de textos desta natureza. Em 1940, atuando em Breslau e, a partir de 1943, em Berlin, o romanista Fritz Neubert deu a público sobre o assunto, na revista trimestral *Volkstum und Kultur der Romanen* (Índole nacional e cultura dos romanos), um artigo abrangente, que tratava justamente do mesmo tema, publicado sete anos mais tarde na França por Jean-Marie Carré sobre *Les écrivains français et le mirage allemand* (Os escritores franceses e a miragem alemã): “A imagem francesa da Alemanha de 1700 até a Guerra Mundial”. Certamente nenhum destes trabalhos era imagológico no sentido proposto por Carré no programa de renovação de 1950. Eles surgiram motivados mais por um interesse temático e foram redigidos em grande medida a partir de estímulos políticos.⁸ E, sobretudo, eles ainda estavam mergulhados

⁵ Veja. Jean –Marie Carré: *Avant-Propos*, in: Marius-François Guyard: *La littérature comparée*, Paris 1951.

⁶ Sobre a propagação de pensamento nacionalista e racista na área de românicas antes e durante o Nacional-Socialismo compare Frank-Rutger Hausmann: *Vom Strudel der Ereignisse verschlungen. Deutsche Romanistik im 'Dritten Reich'*, Frankfurt a. M. 2000. Veja também as inúmeras publicações do mesmo autor.

⁷ Compare com a dissertação intitulada *Imagotype Philologie* de meu aluno Horst Schmidt de Aachen..

⁸ Fritz Neubert dedicou seu tratado “Den Commilitonen im Felde” (Aos companheiros no campo) e não deixou de mencionar, ao final, sua opinião sobre a vitória da Alemanha: “Aber die kommende Neuordnung Europas lässt die Hoffnung wach werden, dass nun endlich eine bessere Zukunft dem

na crença em caracteres nacionais e não se intimidaram diante do fato de apresentarem a seus leitores assim, ligeira e simplesmente, tais convicções. Esta questão fica particularmente perceptível em uma comparação entre os escritos mencionados de Neubert e de Carré. Ambos mostravam pendores “patrióticos”. Mas enquanto Neubert, um nacional-socialista confesso, um romanista alemão, colocava, naqueles anos, suas pesquisas como um “serviço prestado à nação”⁹, baseando-se no antigo credo da existência de “diferenças essenciais” entre os franceses e alemães, Carré limitava-se a apontar para algumas questões políticas pontuais e a aludir casualmente ao fato de que a França teria se deixado enganar com as pretensões agressivas da Alemanha. Resumindo: Neubert movia-se dentro da tradição da “maneira de ser” alemã, enquanto Carré já se movimentava dentro das possibilidades que exploravam um novo tipo de imagologia literária, no que ainda levava a vantagem de incluir em sua investigação o intervalo entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

De um modo geral, nesta época, os comparatistas franceses já percorrem outros caminhos. Talvez valha ressaltar neste sentido uma posição de Paul Hazard, considerada em sua obra principal *La crise de la conscience européenne* (A crise da consciência européia) (1935), em que afirma de modo breve – surpreendentemente breve - valer a pena abordar a questão das possíveis diferenças nacionais. Não se tratava das diferenças existentes entre nações, mas simplesmente, de uma crença nelas, de um sentimento: *Le sentiment des différences nationales: qui l'abolira? Il met en jeu des valeurs irréductibles; il procède de raisons que la raison connaît, et d'autres, que la raison ne connaît pas.* (O sentimento das diferenças nacionais: quem o abolirá? Ele coloca em jogo valores irredutíveis; ele provém de razões que a razão conhece, e de outras que a razão desconhece).¹⁰

O estudo da imagologia literária do Programa de Aachen, fundado em 1967, que, entretanto, fora retirado da grade curricular da comparatística em universidades de língua alemã, em conseqüência de novas formatações acadêmicas, apoiava-se na mais recente compreensão dessa disciplina, derivada da assim chamada “escola francesa”, e isso, após a sua extinção dos estudos comparados na Alemanha. Devido às circunstâncias especiais, em que o ensino e a pesquisa seriam obrigados a realizar-se, chegou-se a um consenso de que o estudo da imagologia literária deveria se tornar uma disciplina secundária relativamente independente do *corpus* geral dos estudos comparados. Não fomos os únicos a escolher caminhos diversos face à evolução dos “estudos gerais e comparados da literatura” no âmbito internacional (e face às dificuldades, em parte insuperáveis, para amplificar os estudos universitários comparados em uma matéria autônoma).

Tornamo-nos conhecidos através do meu artigo *Zum Problem der 'images' und 'mirages' und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichen Literaturwissenschaft* (Sobre o problema das imagens e miragens e sua pesquisa no âmbito da literatura comparada) publicado, em 1966, na recém-lançada revista de literatura comparada *Arcádia* (Arcadia), que trazia à baila a controvérsia desencadeada por Wellek. Procurava-se primordialmente defender a imagologia literária. E, neste sentido, o argumento principal baseava-se no fato de que não seria possível evitar uma abordagem imagológica, mesmo se nos ocupássemos com os estudos literários no sentido restrito proposto por Wellek. Para defendermos nossa tese, usamos o exemplo de Bermano em

Verhältnis der beiden Völker beschieden sein wird.” (A nova ordem européia que se faz presente deixa a esperança de que a relação entre ambos os povos seja melhor no futuro).

⁹ Fritz Neubert: *Gegenwartsaufgaben der Romanistik.*, in: *Neuphilologische Monatsschrift*, Jg. 1938. p.98.

¹⁰ Paul Harzard: *La crise de la conscience européenne*, cap. IV.

Journal d'une cure de campagne (Jornal de um pároco rural) com suas dicotomias Norte-Sul, Leste-Oeste a impregnar uma imagem da Flandres. E o papel desempenhado pela mencionada imagem da Flandres – com sua ideologia dicotômica entre sensualismo e misticismo, caracterizadora da “alma do povo” flamengo - na recepção internacional de famosos autores flamengos de escrita francesa da geração de 1880 (Maeterlinck, Verhaeren, Rodenbach etc)¹¹, funcionou simultaneamente como outro indício da necessidade de se considerarem as imagens e as estruturas imagotípicas veiculadas na literatura e na crítica literária como objeto de uma ainda existente comparatística de caráter literário¹², assim como também funcionou nas diversas etapas de produção e divulgação de traduções, um aspecto que se tornou especialmente evidente na divulgação da literatura dos países-baixos (Flandres e Holanda)¹³ entre os alemães. Estamos certos de que a literatura e também as suas diversas manifestações (bem como a sua abordagem na escrita da história e/ou crítica literária) são áreas tão legítimas dos estudos literários quanto quaisquer outras investigações “imanentistas”.

Esta “resposta” endereçada a Wellek, a que aliás ele nunca reagiu na mídia, talvez não tenha sido suficiente para ampliar os estudos da imagologia literária no sentido de suas já referidas possibilidades apontadas na França. Por isso, o Programa de Aachen foi planejado de tal modo que, a partir de então, os argumentos começaram a passar ao largo do assim chamado *intrinsic study* (estudo intrínseco) e, no fundo, o consideravam irrelevante.

Neste sentido, ocupamo-nos do problema da repercussão da imagem da Alemanha na vida intelectual francesa a partir de Mme de Staël, o tema de Carré em *Les écrivains français et le mirage allemand*. O pensamento matricial do livro, no fundo, era a relativização das imagens, considerando sua constância, seu poder e sua força de atuação; pois se Carré as tratou, em muitos casos, como simples ilusões sedutoras (isto é, “miragens”), em muitos outros casos, estimulou os seus alunos e seguidores a perseguir o desenvolvimento dessas e outras “miragens” para além das fronteiras de sua criação - submetendo-as praticamente a um processo de desideologização.

Não resta dúvida de que os procedimentos de Carré foram relevantes e estimularam a pesquisa de outras teorias confusas sobre os alemães como as divulgadas por Mme de Staël, e vindas de Charles de Villers. Foi igualmente importante para o desenvolvimento da imagologia literária a referência feita à atração, à durabilidade da imagem alemã, assim como também à sua relação com a política. Albert Béguins mostra-nos em *L'ame romantique et le revê* (A alma romântica e o sonho), de 1937, que as teorias sobre a Alemanha romântica, a saber, a idéia de que o Romantismo tal como aconteceu na Alemanha não seria possível em nenhum outro país europeu e tão pouco na França, baseiam-se em falsos pressupostos e desconhecimento da história literária francesa. Já era de nosso conhecimento, entretanto, a existência de uma Alemanha romântica e uma França clássica divulgadas nas idéias de Mme de Staël e seus seguidores. Mas que as mesmas estruturas, com simples sinal invertido, também pudessem e tenham funcionado nos germanófilos círculos culturais e políticos da França, só nos foi claramente mostrado através da técnica deslindadora das análises de

¹¹ Veja H. Dysenrick: Zur Sonderstellung der französisch schreibenden flämischen Autoren der Generation von 1880, in: *Die Neueren Sprache*, Jg. 1964, caderno 10.

¹² Os conceitos de *Imagotype* e *Imagotypie* foram sugeridos pela primeira vez por Oliver Brachfeld, utilizando-os inicialmente na *Revue de Psychologie des Peuples* colocando-se contra o uso de termo estereótipos. (Note sur l'imagologie ethnique, in; RPP, Jg.17 (1962), p. 34).

¹³ Sobre este problema veja as publicações dos países-baixos: *Aspecten van Vlaanderens gijdrage tot de Europese literatuur*, in: *Trefpunt*, 1965/66, caderno 2. *Een nadere toelichting in verband met de Noord-Zuid-problematiek*, in: *Trefpunt*, 1965/66, caderno 3; *Flandrica. Vlaamse en Algemeen-Nederlandse Zorgen op de Duitse boekenmarkt*, 1969 (na editora Saeftinge Antwerpen-Blankenberge).¹³

Carré, apesar da existência de inúmeros ensaios sobre o “Anti-Romantismo” francês. Contudo, isto também significava: As “imagens” poderiam ser “falsas”, elas representavam uma realidade, com a qual era preciso contar. Uma realidade específica que, mais tarde, haveria de nos dar oportunidade de comparar o seu *status* ontológico com os objetos do “Mundo 3” de Karl Popper.¹⁴

A constância da força repercussora dessas imagens também se comprovou na aceitação da polaridade Alemanha/França em outros âmbitos não pertencentes a esses dois países e que até mesmo se encontravam fora da Europa e, por algum motivo, foram transportadas para lá. Esse também foi o caso, por exemplo, da teoria da “negritude”, com a qual nos ocupamos por muito tempo no Programa de Aachen, proporcionando-nos inúmeras publicações de caráter imagológico. Quando Leopold Sedar Senghor em sua mundialmente famosa teoria, que se tornou ideologia de estado a favor de um Senegal livre, utilizou imagens antagônicas entre Hamitas e Etíopes, divulgadas para o mundo por Leo Frobenius, como sendo a concepção de seu país e, possivelmente, de todo o continente africano, com a França de um lado e o germanismo de outro, ele não fez nada além de transpor a dicotomia germanismo/latinidade desenvolvida por Mme de Staël para a relação África/Europa, além de recorrer a uma caracterização imagotípica de um suposto espírito materialista anglo-saxão.¹⁵

Um outro ponto decisivo estava na constatação de que as imagens não só eram “fictícias” - de modo nenhum eram reproduções de realidades -, como seus próprios componentes referenciais (países, nações e povos, etc. referidos) careciam de marcas claramente definidas. Em outras palavras: o que era exatamente a Alemanha de Mme de Staël? Onde estavam as suas fronteiras? Quem pertencia ao povo alemão por ela caracterizado e quem não pertencia?

Aqui residia o entrelaçamento da imagologia literária com o racionalismo crítico se considerarmos, entre outros, a afirmação de Popper sobre nação como um “número de pessoas unidas por um engano comum em relação à sua história.”¹⁶ E também aqui havia que se observar que nossas constatações eram válidas, não só no âmbito da formação de heteroimagens (a imagem de outro país), como também no de autoimagens (a imagem do próprio). Tratava-se, por assim dizer, de uma relativização do conceito de identidade “nacional”.

Para as nossas pesquisas, a região de Benelux ofereceu-nos, neste sentido, uma

¹⁴ Compare H. Dysenrick: *Komparatistische Imagologie jenseits von ‘Werkimmanenz’ und ‘werktranszendenz’*, in: *Synthesis. Bulletin du comité national de littérature comparée de la République Socialiste de Roumanie*, IX (1982); veja também: *Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur*, in: Dysenrick, H./Syndram, K.U (editores): *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme n Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts* .(Aachener Beiträge zur Komparatistik, volume 8) Bonn, Bouvier, 1987.

Estes ensaios encontram-se traduzidos no site www.rellibra.com.br em *Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck* (2005). Nota da revisora.

¹⁵ Sobre a problemática da negritude, compare H. Dysenrick: *Die Quelle der Negritude-Theorie als Gegenstand komparatistischer Imagologie*, in: *Komparatistische Heft* (Bayreuth), caderno 1, 1980.

Este ensaio também se encontra traduzido no site www.rellibra.com.br em *Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck* (2005). Nota da revisora.

Entre outros trabalhos relevantes para os estudos comparados e a imagologia sobre esta temática está o de meu ex-aluno belga, Martin Stein, oriundo da comunidade belga oriental de língua alemã, que faleceu jovem, sobre *Das Bild des Schwarzen in der europäischen Kolonialliteratur 1870-1918* (A imagem do negro na literatura colonial européia 1870-1918), com o qual obteve o título de *Docteur ès Lettres* (Modelo *Doctorat d’État*) em 1982 na Sorbonne em Paris.

¹⁶ Karl Popper: *Die offene Gesellschaft und ihre Feinde*, 4. edição. München 1975, vol. 2, p. 74.

boa quantidade de material claro e convincente¹⁷, ao alicerçar o fato de que nações, assim como povos não possuem valores eternos, e nem tampouco são “escolhidos por Deus”, como alguns nacionalistas idealistas gostam de afirmar; tudo isso não passa de constructos mentais, de caráter temporário, concretizados no espaço da história. Ao fim e ao cabo, toda a problemática assentava em uma relativização do pensamento em categorias nacionais, isto é, no cabal reconhecimento do poder exercido pelas imagens e pelas estruturas imagotípicas, assim como no pleno reconhecimento de seu poder de perpetuação, que caracteriza muitas delas.

A imagologia literária contribui em primeira linha para a discussão e superação de formas de pensar “nacionais”, mantidas fixas por dois séculos em nosso pensamento ocidental, através da literatura, da crítica literária e dos estudos literários. Nós a consideramos, por isso, no sentido mais pleno da palavra, como uma contribuição ao progresso, a um “processo de civilização” e também à construção de uma verdadeira humanidade – só para trazer à lembrança mais uma vez as palavras de Grillparzer (e isto também a propósito de determinadas explicações, há muito necessárias, que oferecemos acerca de nossa metodologia sobre imagens e maneiras de pensar imagotípicas) que, diga-se de forma aberta, ou nas entrelinhas, reivindicam o reconhecimento de seu valor “popular”, “nacional” ou de “grupos étnicos”, etc. (e, no fim das contas, isto é “psicologia dos povos”), muito ao contrário dos inúmeros objetos de investigação de uma tematologia, que continuou a existir, mesmo depois da nova concepção de história da literatura, e que afinal desemboca na história dos assuntos (Stoffgeschichte).

Nesse sentido, trata-se de representações que precisam ser afastadas de nosso pensamento por meio de análises críticas e racionais, ou seja, trata-se de ideologias, das quais o mundo deve se libertar.¹⁸ No âmbito do trabalho imagológico trata-se, em essência, de uma nova visão do passado na literatura e na vida intelectual, assim como também de uma correção dos julgamentos imagotípicos dessas testemunhas do passado. De forma concreta: ela deve investigar e analisar a função das imagens e estruturas imagotípicas em obras literárias dos séculos passados e fazer uma revisão desideologizante das publicações de caráter histórico literário e crítico, que não raro se envolveram com o que referimos como ideológico e ideologizante. Trata-se, portanto, de uma disciplina com relevância social, política, cultural e antropológica com o objetivo de aprender sobre o passado em favor do presente e do futuro. A imagologia literária esforça-se para oferecer perspectivas antes não reconhecidas das relações intelectuais que superam fronteiras e interdependências. Quando voltada para o futuro, vê como sua função a desideologização de imagens e estruturas imagotípicas nas obras contemporâneas, tornando-as inócuas e neutras. Falando de outra forma: trata-se da desideologização do pensamento humano por meio de análises de imagens que ainda manifestam e desenvolvem estruturas imagotípicas, para banir do futuro o mal que advém da velha crença dominante, presente na “psicologia dos povos”, em uma diferença condicionada e determinista, entre esses mesmos povos.

Este processo pressupõe ter-se como base aquela neutralidade cultural que, na imagologia literária é evocada pelos velhos princípios dos estudos comparados e que só

¹⁷ Compare H. Dysenrick: *Nationale und Kulturelle Identitätsprobleme im belgisch-niederländischen Raum aus der Sicht der komparatistischen Imagologie*, in: *Nationales Bewusstsein und kollektive Identität*, editado por Helmut Berding, Frankfurt a. M. 1994.

¹⁸ Lembramo-nos, neste contexto, da pretendida “desromantização” de Basam Tibi (veja entre outros *Europa ohne Identität? Die Krise der multikulturellen Gesellschaft*, München 1998), mas, da perspectiva ca comparatística, dificilmente podemos responsabilizar todo o Romantismo (e não só o europeu) pelo modo de pensar que queremos neutralizar e colocar de lado com nossa desideologização.

eles podem evocar, e não pela filologia nacional.¹⁹

Os trabalhos desenvolvidos em Aachen estão voltados contra pensamentos populares e nacionais que sempre vêm relacionados com pensamentos nacionalistas e são usados como justificativas para tal, desde o surgimento de movimentos dessa natureza na Europa. Nesses trabalhos, nunca deixamos de abordar a problemática em torno da necessidade natural do homem por determinadas possibilidades de satisfação e prazer, presentes em pensamentos nacionalistas, oferecidas desde o surgimento dos movimentos nacionalistas na Europa. Por exemplo, o sentimento de “proteção”, de “lar”, ou falando de forma mais política de “pátria”. Em alguns casos como, por exemplo, o do sociólogo alemão Eugen Lemberg, cuja necessidade de falar sobre ideologia era tão grande que chegava a compará-la, não totalmente sem razão, ao instinto animal.²⁰

Não nos abstermos dessa problemática em nossa compreensão da imagologia literária e estamos cientes do surgimento de pensamentos nacionalistas no decorrer de nossa história européia que não precisam ser refutados pelo nosso ponto de vista racional e crítico, como por exemplo, no caso da defesa coletiva, considerada nacional. Apesar de conhecermos a confissão de Grillparzer ("da humanidade, passando pela nacionalidade, à bestialidade"), que condena o nacionalismo, e a afirmação de Lamartine em sua *Marseillaise de la Paix*²¹, achamos que certas formas e variantes de pensamento nacional podem ativar forças que correspondem à necessidade humana, sem serem *per definitionem* prejudiciais a outras partes da humanidade. Tendo consciência deste fato, arriscamo-nos a dizer que o novo homem europeu “pós-nacional”, em uma “pátria Europa”, sem as velhas categorias nacionais, seria capaz de desenvolver o mesmo sentimento de proteção antes oferecido pelo sentimento nacionalista.

A teoria sobre proteção, de Bollnow, e a filosofia do espaço, de Bachelard, puderam, no âmbito da imagologia literária, oferecer-lhe subsídios no tratamento do problema da descoberta da identidade coletiva, étnica ou nacional como forma da constituição da auto-imagem. Na verdade, sempre consideramos o elemento “sensação de identidade” como parte constitutiva da problemática da auto-imagem.²²

Desta forma, chegamos ao seguinte questionamento: até que ponto, nossa imagologia comparada, para além de sua tarefa literária, pode contribuir também para a concretização de metas “práticas”, ou “mais altas” do que as apenas histórico-literárias, isto é, de metas políticas, e isto no sentido daquele interesse utilitário que passou pela mente dos formuladores das “novas” possibilidades imagológicas, por volta de 1950, denominado de *des questions dont l'intérêt dépasse la seule littérature* (questões em que o interesse ultrapassa a literatura)²³. Concretamente: a imagologia literária, na

¹⁹ Sobre o conceito de neutralidade cultural, veja, Georges Devereux: *Ethnopsychoanalyse complémentariste*, Paris 1972.

²⁰ Eugen Lemberg: *Ideologie und Gesellschaft*, Kohlhammer, Stuttgart etc, 1971.

²¹ Em oposição a “Rheinlied” (Canção do Reno) de N. Beckers, onde consta “Sie sollen ihn nicht haben, den freien deutschen Rhein” (você não o terão, o livre Reno alemão), a “Marseillaise de la Paix” (Marselhesa da paz), escrita em 1841, dizia o seguinte: “Nations, mot pompeux pour dire barbarie” (nações, palavra pomposa para dizer barbárie) e “Déchirez ces drapeaux; une autre voix vous crie: ‘L’egoïsme et la haine ont seuls une patrie; la fraternité n’en a pas!’” (Rasguem estas bandeiras; uma outra voz vos chama: só o egoísmo e o ódio têm uma pátria; a fraternidade não a possui!).

²² Compare, Otto Friedrich Bollnow: *Neue Geborgenheit* (1955); *Mensch und Raum* (1963); *Französischer Existentialismus* (1965). Sobre Gaston Bachelard, veja nota 29.

²³ Marius-François Guyard: o.c., p. 119. Sobre a orientação proposta para uma pesquisa literária sem fronteiras existente no início dos estudos comparados e o papel que ela assumiu com suas possibilidades imagológicas, veja a dissertação defendida em Aachen de meu assistente Manfred S. Fischer: *Nationale Images als Gegenstand Vergleichender Literaturgeschichte Untersuchungen zur Entstehung der*

trajetória de sua integração ao âmbito dos “estudos europeus” (e afins), pode, por exemplo, contribuir para a concretização da união das “nacionalidades” européias, (significando isto a superação das perturbadoras fronteiras existentes entre elas)?²⁴

Não há dúvidas sobre essas possibilidades, e a resposta a essa pergunta seria positiva. Já o questionamento sobre seu emprego a favor de objetivos políticos é problemático, e lembra-nos questões parecidas colocadas no passado para outros ramos científicos como, por exemplo, num caso extremo, a problemática sobre a responsabilidade ética de pesquisadores das ciências naturais em relação ao emprego de suas descobertas nas guerras.

Porém, no caso da “utilização” da imagologia literária e, portanto, de nossa desideologização do pensamento “imagotípico”, não hesitaria em recomendar o uso dos conhecimentos da imagologia literária “a favor” da política internacional, considerando o fato de que se trata de controvérsias entre teorias e de que o que está em causa é o bem-estar de toda a humanidade (e não, por exemplo, dos habitantes de um país, de um continente ou uma raça, tomados individualmente), e ainda pensando no manifesto de Karl Popper: “Deixem morrer as teorias e não as pessoas”. E isto não é dito no sentido da recomendação de Milan Kundera, pensada e formulada satiricamente, que, no capítulo “Imagologia” do livro “Die Unsterblichkeit” (A eternidade) diz: “Imagologie! Wer hat sich diesen grossartigen Neologismus ausgedacht?” (“Imagologia! Quem inventou este neologismo fantástico?”) e que se refere a todos os políticos e ideólogos, instigadores maiores da política interna e externa, como “imagólogos”.²⁵ Ao contrário, justamente no campo da política, a imagologia literária não pode ser pensada como instrumentalização de estereótipos, mas antes como possibilidade de sua superação no sentido de um olhar desideologizador que conduza à sua eliminação. Também não podemos falar da utilização da imagologia literária no fomento da economia internacional - como foi inacreditavelmente sugerido, e não satiricamente, por um professor holandês de economia aos seus alunos. Deveriam eles utilizar, em propagandas internacionais, imagens que correspondessem à idéia que os clientes “nacionais” tinham do produto.²⁶

A imagologia literária não se desenvolveu a partir de interesses nacionais ou comerciais. Ela tem o claro objetivo de analisar os efeitos das trocas intelectuais entre entidades estatais, étnicas e lingüísticas - L' étude des relations spirituelles internationales²⁷ - e, dentro do possível, também atuar no âmbito da política internacional. A superação do pensar em categorias nacionais e, em especial, em categorias “populares” (seja preconceitos, estereótipos, etc.) é, entre outras tarefas, o objetivo principal da imagologia literária, a par de uma compreensão para além das fronteiras - o que já estava presente nos primórdios dos estudos comparados europeus.

komparatistischen Imagologie. (Aachener Beiträge zur Komparatistik, vol. 6), Bonn, Bouvier, 1981. Também do mesmo autor o tratado: *Komparatistische Imagologie. Für eine interdisziplinäre Erforschung nationalimagotyper Systeme*, in: *Zeitschrift für Sozialpsychologie*, ano 20 (1979), caderno 1.

²⁴A experiência de introduzir o programa imagológico nos chamados “estudos europeus” foi especialmente bem sucedida no caso de meu orientando holandês J. Th. Leerssen que, logo após o seu doutoramento, tornou-se docente e professor catedrático de “estudos europeus” na universidade de Amsterdam (UvA). Publicou diversos livros e numerosos artigos, tornando-se um especialista, reconhecido mundialmente, em aplicar os pontos de vista e o método da imagologia na pesquisa sobre a problemática em torno da multinacionalidade européia. Outro que alcançou também uma posição universitária foi o nosso doutorando espanhol Enrique Banús Irueta que atua como professor no Instituto de “Estudios Europeos” da Universidade de Navarra.

²⁵ Milan Kundera: *Die Unsterblichkeit*, Hanser, München-Wien 1990, p. 142.

²⁶ Sobre a utilização e o mau uso da imagologia, compare também J Leerssen: *Over nationale identiteit*, in: *Theoretische Geschiedenis*, Jg. 15 (1988), p. 417.

²⁷ Jean -Marie Carrés: *Avant-Propos*, in: Guyard o.c.

Também neste sentido, a imagologia literária rompeu veementemente com a funesta memória da “psicologia dos povos” que, de maneira leviana, acentuava diferenças e oposições, chegando, em parte, a ocupar-lhe diretamente o lugar.

No seu campo de atuação, a imagologia literária procura combater, em primeiro lugar, os diversos elementos e manifestações de um pensar que determina o indivíduo e fere sua dignidade. E esta “batalha” dá-se, na medida em que se perseguem as “imagens” e as “estruturas imagotípicas” (ainda que estas se mostrem em formas tênues) sendo, assim, desmascaradas – o que, em essência, já é parte de sua desideologização. Tudo isso, deve ser feito, a princípio, na literatura e em seu contexto, mas também nas áreas em que essas estruturas atuam de forma clara ou sorrateira.

Movemo-nos (com base no nosso pensar supranacional e culturalmente neutro) na direção de um desdobramento de novos modelos de pensamento (multinacionais), que, passando por níveis denominados de “pensamento europeu” ou “pensamento atlântico”, vão de encontro a uma consciência globalizada da humanidade; a uma visão de mundo abrangente que, de resto, não é tão estranha ao mundo da literatura e que, de fato, já fora pensada por Victor Hugo, ao idealizar sua teoria do sentimento de aconchego planetário, retomada mais tarde por Gaston Bachelard.²⁸

Oriunda da comparatística tradicional, a imagologia literária tornou-se uma ciência especial de nossa multinacionalidade e de nossas questões singulares, como o sentimento patriótico, identitário, nacional, bem como da verdadeira concretização de um “conhecimento literário geral e comparado como parte de uma antropologia comparada”, pensados por Wilhelm Humboldt em sua época.²⁹

Em vista da atual e desfavorável situação da comparatística no âmbito acadêmico internacional, o que não é um segredo para ninguém, há que considerar um desenvolvimento futuro para as nossas possibilidades acadêmicas que, em pontos essenciais, se libertam dos estudos literários, e nos levam possivelmente a uma disciplina chamada “etnoimagologia” que, por um lado partilha objetos de estudo com a literatura; por outro, apresenta tarefas associadas à “psicologia dos povos” ou à “etnopsicologia”. Em nossa concepção de uma tal disciplina imagológica, não estamos pensando, porém, em plagiar a comparatística como “história da literatura comparada” ou “literatura comparada” e, no seu túmulo, só reparar em um substituto, que a imagologia literária nos oferece. Mantemos o ponto de vista, que sempre tivemos, de que o “comparatística literária” (também denominada de “história da literatura comparada” ou “literatura comparada”, ou ainda a formulação um tanto infeliz de “literatura geral e comparada”) é uma disciplina independente com seus próprios objetos de pesquisa, métodos e metas, tal como as filologias. Mas também atuamos há muito tempo neste “metier”, e sabemos que, para afirmar o seu lugar, e não apenas no passado, os estudos comparados sempre tiveram de lutar contra a resistência das “filologias nacionais”. Sabemos também que, há mais de meio século, nos círculos interessados (ou que, pelo menos, manifestaram esse interesse) em constituir uma comparatística universitária faltaram as forças necessárias para a concreta execução desse projeto. Poderíamos escrever vários livros dando uma descrição detalhada desse

²⁸ Sobre a teoria do mundo como “lar/pátria” e da “confiança cósmica” ver (*La Poétique de l'espace*, Paris 1957, cap. V) de Bachelard e em parte de Victor Hugo, e seu significado para a imagologia literária, ver H. Dysenrick: *Komparatistik als Europaforschung*, in: Dysenrick, H./Syndram, K.U. (editores): *Komparatistik und Europaforschung. Perspektiven vergleichender Literatur- und Kulturwissenschaft* (Aachener Beiträge zur Komparatistik Bd. 9), Bonn, Bouvier, 1992.

²⁹ Compare entre outros Günther Oesterle: *Kulturelle Identität und Klassizismus*, in: *Nationale und kulturelle Identität*, editado por Bernhard Giesen, Frankfurt a. M., 1991.

procedimento em certas organizações e sociedades que se utilizaram do nome da comparatística. Ousamos lançar a tese de que as ciências humanas tal como ainda estruturadas nas universidades da Europa de hoje ainda não alcançaram o rumo e a uniformização “europeus” necessários para a nova tarefa. E isto, sem falar do desencontro observado nas justificativas científicas da ainda denominada “comparative literature” em determinadas universidades americanas.

A história de nossa disciplina europeia é um capítulo científico à parte. No nosso atual entendimento, o fracasso temporário dessa disciplina deve-se à impossibilidade de se constituir um determinado pensamento supranacional e culturalmente neutro num mundo multinacional e também já multicultural.

Para ilustrar, um exemplo: o começo do desmonte recente, numa faculdade da Alemanha ocidental, de um curso de estudos comparados bem sucedido, uma pedra no sapato dos germanistas locais, logo foi diligentemente apoiado por um professor que nem era germanista *stricto sensu*, com os mesmos argumentos usados cem anos atrás, na época do Império, contra a fundação de uma cadeira de estudos comparados nas faculdades alemãs, por germanistas influentes. Segundo eles, os estudos comparados podiam ser executados pelas filologias, sim, todas as filologias “modernas” (em mente, naturalmente, estava outra vez a germanística alemã) focavam pontos comparatísticos, etc. etc.

Mas não se tratava apenas de uma aversão alimentada por uma mentalidade competitiva de pouco alcance, por um ocasional nacionalismo primitivo e, sobretudo, por uma falta de conhecimentos especializados, que dificultava há mais de um século e meio o estabelecimento de uma comparatística literária e cultural como disciplina independente. As razões eram mais profundas, estavam na impossibilidade de se reservar um lugar adequado e incontestável no mundo das ciências humanas para um pensamento supranacional - e assim cientificamente neutro - na Europa do século XIX e XX. Isso se mostrou claramente, há poucos anos, na Alemanha, com o desenvolvimento de uma assim chamada Germanística Intercultural, que, de fato, chegou a apresentar ainda por volta do final do século XX, questões atinentes ao encontro entre a literatura alemã com literaturas não alemãs como exemplos válidos de relações internacionais, e isto na Alemanha que, um dia se chamou “Deutsches Reich” e se prestou a esse papel famoso ou mal-afamado.

Se se tivesse tomado conhecimento dos princípios elementares da comparatística, existentes e em vigência internacional há mais de quinhentos anos, ter-se-ia compreendido que esses objetivos podem ser os da filologia nacional germânica, mas isto contrapõe-se inequivocamente ao ponto de vista supranacional dos estudos comparados.³⁰ Costumamos dizer que os estudos comparados, ávidos por reconhecimento entre as filologias, estão em uma situação comparável à dos estudos comparados das religiões e as teologias. Mas talvez isto seja ainda um eufemismo.

Nesse sentido, não era de se admirar que, por um longo tempo, nos círculos especializados, ou no que deles restou, o fracasso provisório dos estudos comparados na Europa (que deve e precisa ser assim denominado) desencadeasse entre pesquisadores iniciantes ou especialistas certos movimentos truncados, no mínimo incomuns, para uma disciplina com planos futuros, e também outros, não totalmente deploráveis, já que a influência benfazeja da comparatística neles se manifestou com clareza. Nesse sentido, não nos referimos apenas às pessoas que se ocuparam por algum tempo com a comparatística e, devido à impossibilidade de alcançarem os seus desejos acadêmicos

³⁰ Sobre o duplo sentido da denominada *Germanística Intercultural* veja também Zoran Konstantinovic: *Interkulturelle Germanistik oder Kompartistik*. In: *Grundlagentexte der Vergleichenden Literaturwissenschaft aus drei Jahrzehnten*, Innsbruck-Wien-München, Studien-Verlag, 2000.

através dos estudos comparados, escorregaram para o colo das disciplinas tradicionais (em geral, das disciplinas, nas quais haviam iniciado seus estudos), para ali fazerem carreiras de sucesso. Por exemplo, Claude Digeon, cujo livro *La crise allemande de la pensée française*, originalmente uma tese de doutorado apresentada à área de estudos comparados de Jean-Marie Carré, na Sobornne, e, depois, enquadrada como produção da disciplina de História Contemporânea, ou ainda a obra de René Girard, considerado um romanista com interesses filosóficos, ou – pasme-se – o próprio Marius-François Guyard, cujo livrinho introdutório *La Littérature comparée*, a certa altura, serviu de desencadeador da grande controvérsia entre as escolas francesas e americanas de estudos comparados, que fez carreira na política universitária (foi várias vezes reitor de diferentes universidades francesas), também terminou como professor de história da literatura francesa. Houve também aqueles, como George Steiner e Paul De Man, que, após um breve contato com os estudos comparados - fosse na Europa ou nas universidades dos Estados Unidos da América, abertas a todas variantes possíveis – ultrapassaram vertiginosamente os estudos comparados na Academia, e não só escreveram obras não mais passíveis de serem colocadas como representativas da comparatística em sentido restrito, como também chamaram a atenção por não mais manterem qualquer tipo de contato com a comparatística “oficial”, (ou com o que, por exemplo, ainda existia da *Association Internationale de Littérature Comparée / International Comparative Literature Association*). E houve um terceiro grupo que permaneceu fiel à disciplina, se solidarizou com as atividades oficiais dos estudos comparados internacionais e atuou na expansão dessa disciplina em outras universidades, porém – um primeiro, depois o outro – acabaram por se especializar tanto em uma parte dos estudos comparados que quase criaram, de novo, uma disciplina autônoma. O caso mais famoso é, sem dúvida, o de Robert Escarpit. Também os estudos comparados de Aachen, que foram usados por muitos como modelo, deve ser avaliado por este ângulo. De fato, devido à situação geral e aos poucos recursos disponíveis, não tardou a acontecer a mesma coisa em Aachen, que, depois de alguns anos, também seguiu um caminho próprio. Um caminho que desembocou na imagologia literária, nascida da escola tradicional francesa, e que foi construída de modo a tornar-se uma ciência específica da variedade intelectual da Europa. Uma variedade assente em uma diversidade de entidades estatais, nacionais e étnicas que, em geral, são denominadas como povos e, a que não mais se deve perguntar o que são, como é o seu “caráter”, sua “alma” ou seu “espírito”, mas o que e como elas se vêem; uma variedade que denominamos de etnoimagologia, pensando, no conceito grego de *ethnos*, ou seja, para além de todo pensamento “popular” e tendo a consciência do processo de transição entre o pensamento nacional e pós-nacional.

Como citar:

Dyserinck, Hugo. Imagologia literária e a problemática da identidade étnica. Trad. Marlene Holzhausen. In: Ribeiro de Sousa, Celeste (org.). *Imagologia. Coletânea de ensaios II de Hugo Dyserinck*. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2007. ISBN 978-85-64168-17-6.

Imagologia literária e a problemática da identidade étnica*

Hugo Dyserinck

Toda descrição atualizada dos objetivos e das possibilidades da imagologia literária como contribuição para solucionar problemas de identidade (nacionais, étnicos ou de outros tipos) tem, de antemão, de levar em conta dois tipos de fatores.

Primeiro: que, neste caso, trata-se originalmente de uma disciplina vinculada à “ciência da literatura comparada” que, por sua vez, por volta do final do século XIX e começo do século XX, constituiu uma disciplina acadêmica com objetivos bem claros (embora não tenha se estabelecido imediatamente nas universidades), – e, portanto, como campo de pesquisa e de ensino independentes, com objetos de pesquisa, métodos e objetivos próprios, bem como uma neutralidade cultural supranacional específica, disto decorrente.

E segundo: que essa “ciência da literatura comparada”, que mais tarde, foi por vezes também descrita na terminologia alemã (de um modo um tanto confuso) como “literatura geral e comparada”, surgiu de uma necessidade científica evidente de esclarecimento dos problemas de nossa multinacionalidade européia (melhor dizendo, multiculturalidade).

Ela não foi inventada, nem para auxiliar professores universitários de filologia, para os quais o assunto na distribuição de temas para dissertações de mestrado e teses de doutorado se tornou escasso, nem mesmo para lhes dar a possibilidade de utilizar a sua própria “literatura nacional” como base para observações que ultrapassam fronteiras. Para este último caso não seria necessária a criação de uma nova disciplina.

A comparatística foi muito mais uma disciplina especial que, por volta do final do século XIX, foi inicialmente concebida em Klausenburg por Meltzl de Lomnitz, mais tarde, em Zurique, por Louis-Paul Betz, assim como em Lyon por Joseph Texte e que, em oposição às filologias nacionais existentes, aspirava comparar entre si várias (regra geral, no mínimo três) literaturas avulsas a partir de um ponto de vista expressamente não ligado à filologia nacional, bem como pesquisar as relações e os

* Dyserinck, Hugo - *Komparatistische Imagologie und ethnische Identitätsproblematik*. In: *Bilder vom Eigenen und Fremden aus dem Donau-Balkan-Raum*. München, Südosteuropa- Gesellschaft, 2003, Band 71, S.15-36. Trad. Marlene Holzhausen, pesquisadora do grupo RELLIBRA “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

efeitos recíprocos existentes entre elas. O modelo fundamental tornou-se de início conhecido por uma combinação das literaturas de línguas inglesa, alemã e francesa.¹

Isto significa, portanto, que a comparatística surgiu como consequência do reconhecimento de que pela diversidade e pluralidade das literaturas e culturas individuais européias existiam problemas (ligados à ciência da literatura, mas também de ordem geral), que revelaram, tanto a problemática do estar lado a lado, quanto as possibilidades de sua superação (por exemplo, lançando o olhar para certos pontos de concordância até então não pressentidos), e que, por conseguinte, deveriam ser abordados no interesse da convivência das entidades européias nacionais, ou seja, fundidos segundo a proveniência (descritos como comunidades lingüísticas, nações, povos ou ainda também de outro modo) - pois necessitavam de um esclarecimento e uma solução.

De início, encontrávamo-nos, por assim dizer, no meio de perguntas que vinham ao nosso encontro como “problemáticas de identidade“, e estávamos diante da tarefa de examinar os problemas ligados com as questões de nacionalidade a partir de um ponto de vista tipicamente neutro, quer dizer, supranacional.

Contudo, isto também significava que a ciência da literatura comparada – de modo semelhante à história comparada do direito, a pedagogia comparada, a ciência comparada da religião, etc. (todas filhas da virada do século XIX para o XX) – aspirava a “objetivos mais elevados“ do que as antigas disciplinas individuais – o que, por sua vez, para a comparatística literária significava que ela se manifestava em virtude de circunstâncias e em relação com objetivos que, em última instância, não só excederam as tarefas filológicas avulsas, como também o assim denominado literário específico.

A história da nova disciplina especial, que se diferencia das filologias individuais, cunhadas pelo pensamento nacional ainda em voga por toda parte na Europa, e que se oferecem deste modo, é conhecida. Dentre os filólogos individuais ela angariou – especialmente em relação ao seu ponto de vista neutro e supranacional –, regra geral, tanta simpatia quanto a ciência comparada da religião junto aos teólogos. Isto quer dizer: nenhuma simpatia.

Com muita frequência, ainda passam despercebidas nesse meio tempo as circunstâncias, sob as quais a imagologia literária vingou no âmbito da escola comparatística francesa por volta de 1950/51, como última consequência da pesquisa do intercâmbio entre as literaturas.

É necessário esclarecer que, sob a denominação “Littérature Comparée“, foram até aí acionadas duas tendências: primeiro, a assim chamada “Littérature Générale“, que averiguava os pontos comuns e as diferenças no interior de determinados períodos da história da literatura por meio do procedimento do corte transversal – ou seja, especialmente dentro de determinadas correntes que surgiram ao mesmo tempo em diferentes literaturas. (Exemplos típicos: pesquisa do pré-romantismo de Paul Van Tieghem e a *Crise de la conscience européenne*, de Paul Hazard, do ano de 1935); e, segundo, a pesquisa dos intercâmbios, quer dizer, em princípio, tanto a investigação da influência de uma literatura sobre a outra (isto é, a influência de um ou mais autores de uma literatura A sobre autores de uma literatura B), assim como também a pesquisa da “recepção“ de um ou mais representantes de uma literatura A em uma ou mais literaturas de outra(s) língua(s). Mas, enquanto esta investigação de efeitos recíprocos

¹ Cf. Meltzl de Lomnitz, H. Vorläufige Aufgaben der Vergleichenden Literatur. – In: *Acta Comparationis Litterarum Universarum*, vol. 1, 2. Kolozsvár 1877/78. Texte, J. Les études de littérature comparée ... l'étranger et en France. – In: *Revue Internationale de l'enseignement*, 25, Paris 1893. Betz, L. P.: Kritische Betrachtungen über Wesen, Aufgabe und Bedeutung der vergleichenden Literaturgeschichte. – In: *Zeitschrift für französische Sprache und Literatur*, 18, Leipzig, Wiesbaden 1896.

ou intercâmbios alcançou aos poucos e de modo crescente grande popularidade – na França e em outros países –, chegou-se exatamente por meio dela, pouco depois da II Guerra, também à conscientização de que havia outra consequência: a mudança para a imagologia literária. Por maiores que os êxitos da velha pesquisa das influências tenham sido (também aqui havia exemplos típicos: *Goethe en France* (Baldensperger), *Goethe en Angleterre* (Carré), *Les orientations étrangères d'Honoré Balzac* (Baldensperger), sabia-se do fato de que, tanto a busca de influências até então realizada, como também a investigação da orientação de autores individuais que ultrapassam fronteiras, nem de longe repousavam sobre uma base metodicamente segura, e que tão-somente por meio de uma limitação a objetos de pesquisa concretos seriam possíveis, tanto a concretização das finalidades essenciais, quanto também a estabilização da disciplina.²

Se, nos dias atuais, se pensa que Jean-Marie Carré, que, por volta de 1950, estabeleceu os fundamentos para essa nova orientação, também cometeu alguns erros (assim, por exemplo, com a sua recusa, ainda fundamentada de modo pouco claro, da referida “Littérature Générale”), e se ainda é muito surpreendente o fato de que, com o seu novo programa, não tenha, afinal, conseguido ajudar a elevar a comparatística ao *status* almejado de uma disciplina autônoma nas universidades européias, atuando sem problemas ao lado das filologias específicas, – é preciso também saber que ele atingiu, entretanto, um resultado positivo e comprovável, com a sua concentração sobre um aspecto bem determinado da pesquisa da alteridade e da recepção, além das fronteiras lingüísticas (palavra-chave: “L'étranger tel qu'on le voit” – “o estrangeiro tal como se o vê”), que mais tarde denominaríamos imagologia literária. Deste modo, surgiu no interior da literatura comparada, ainda em luta pelo seu reconhecimento internacional, uma disciplina secundária que, exatamente em virtude de suas possibilidades „extra-literárias“ (por exemplo, como “pesquisa de identidade”), se mostrou ao longo do tempo uma especialidade que, nos dias de hoje, está bem encaminhada para se tornar uma “chave” na investigação dos bastidores psicológicos dos conflitos entre nacionalidades no interior da Europa, uma questão com a qual nós, por assim dizer e grosso modo, não precisamos nos preocupar mais, isto é, saber em que medida as outras partes dos programas de pesquisa e de ensino, originalmente comparatísticos (inclusive da “Littérature Générale” bem como da teoria da literatura comparada e da metodologia) ainda poderão se desenvolver, ou seja, se ajustar às filologias individuais. Em outras palavras: uma imagologia literária trabalhando com material de pesquisa literário poderia, com o passar do tempo, não só se tornar – como queria Carré – o campo de trabalho mais sólido de toda a “Littérature Comparée”, mas também poderia se desenvolver, a partir daí, como um ramo especial que, em si, personificaria de modo mais claro a contribuição efetiva da comparatística para a ciência e que, além disso, seria especialmente apropriada para estabelecer uma ligação com as outras humanidades, a fim de solucionar problemas, cuja importância – para dizê-lo com os estudantes de Carré e com seu colaborador Guyard – “dépasse la seule littérature” (ultrapassa o âmbito da literatura).³

Conhecido é o ataque veemente que, nesse tempo, René Wellek e alguns de seus seguidores tardios, quer dizer, epígonos no âmbito da discussão de métodos comparatísticos franco-americanos, desferiram contra a pesquisa de “mirage” e “image”. É que exatamente as possibilidades, ou seja, as ambições interdisciplinares eram-lhe um espinho no sapato. Para ele a comparatística era “rather a study of public opinion useful, for instance, to a program director in the Voice of America” (antes de tudo, um estudo de opinião pública, útil, por exemplo, para um diretor de programa na

² Cf. Carré, J.-M.: Avant-Propos. – In: Guyard, M.-F.: *La Littérature comparée*. Paris 1951.

³ Idem, 119.

Voz da América). Ou, de modo mais sério: “national psychology, sociology ...” (psicologia nacional, sociologia ...).⁴ Estava claro que ele não reconhecia a legitimidade de uma tal investigação como parte de uma ciência da literatura abrangente, ou não queria reconhecê-la em virtude de suas premissas assentes no formalismo russo, isto é, na assim denominada investigação imanente. Estas questões são conhecidas e também já foram repetidamente tratadas de modo detalhado.⁵

Que o ponto de vista de Wellek acerca da comparatística e de suas possibilidades futuras, assim como o seu julgamento sobre as produções da escola francesa, estavam errados, deveria, nesse meio tempo, ser considerado como suficientemente demonstrado. E que ele involuntariamente causou-lhe danos, através da publicação de seus pontos de vista, exatamente em um momento em que a disciplina, após a II Guerra Mundial, se encontrava diante de novas possibilidades de um reflorescimento por todo mundo, também deveria estar fora de dúvida. Assim, apesar – ou exatamente por essa razão – do grande prestígio que Wellek alcançou, sobretudo, como co-autor da *Theory of Literature* (Teoria da literatura) e, mais tarde, como autor da monumental *History of Literary Criticism* (História da crítica moderna), em vários volumes, é possível explicar, em última instância, que nada tenha feito a respeito da estabilização ou até mesmo da ampliação da ciência da literatura comparada nos EUA e no mundo, e só assim é possível entender que a sua atuação tenha-se transformado numa verdadeira força contrária para a disciplina. E, para aqueles que queriam mesmo ler, que estavam um pouco mais informados dos antecedentes de seu interesse pela “Comparative Literature”, ele já havia dito de modo suficientemente claro que, na verdade, não deveria haver professores de história da literatura alemã, francesa ou inglesa, nem de história da literatura comparada, mas tão-somente de literatura, o que quer que se entenda por isto.⁶

Portanto, a sua influência sobre o desenvolvimento da comparatística como matéria acadêmica, como disciplina universitária institucionalizada e como curso especializado, que deveria atuar, sobretudo, como um estímulo, revelou-se ao invés desconstrutiva, como o mostraram claramente exemplos concretos de diversos países. Além disso, é bem possível que as teses, por ele apresentadas nos anos 50, também tenham sido em grande medida co-responsáveis pelo fato de aquilo que, nos anos seguintes, no plano americano, (mas também no plano internacional influenciado pelos americanos, por exemplo, no âmbito oficial da “ICLA/AILC”), ainda se denominava

⁴ Wellek, R.: The Crisis of Comparative Literature. – In: *Comparative Literature (Proceedings of the Second Congress of the ICLA)*, Vol. I, Chapel Hill 1959, 151; ver igualmente: id.: The Concept of Comparative Literature. In: *Yearbook of Comparative and General Literature*, 2. Chapel Hill NC 1953.

⁵ A idéia da existência de duas “escolas” – uma “americana” e uma “francesa” – que se formou a partir disso, tornou-se um modelo que ficou gravado na memória e se manteve ao longo de muitos anos, apesar das diferenças não se deixarem, de modo algum, apreender primariamente em um sentido geográfico. Essa concepção surgiu logo após a publicação do artigo de Wellek *The Concept of Comparative Literature* (cf. nota 4) na *Revue de Littérature Comparée* (ver em especial: Levin, H. *La Littérature Comparée: Point de vue d’outre-atlantique*, Ano 1953, Caderno I) e), foi tratada em todas as suas conseqüências em um artigo do holandês Jan Brandt-Corstius (Een tegenstelling inzake het vergelijkend literatuuronderzoek, in: *Lewende Talen*. Groningen, Ano 1955), antes mesmo do 2. Congresso da ICLA (Chapel Hill, 1958), no qual Wellek ainda intensificaria os seus ataques contra a escola francesa (cf. nota 4). Para um panorama mais abrangente das respectivas posições: cf. Dyserinck, H., M. S. Fischer (Hrsg.): *Internationale Bibliographie zu Geschichte und Theorie der Komparatistik*. Hiersemanns Bibliographische Handbücher, vol. 5. Stuttgart 1985.

⁶ Wellek referia-se com isso a um pensamento extraído de Albert Thibaudet e explicava que, assim, não só reduzia a importância das diferenças das línguas individuais, mas remontava justamente ao estudo da literatura da época anterior ao surgimento das filologias nacionais: „Personally I wish we could simply speak of the study of Literature or of literary scholarship and that there were (...) Professors of Literature just as there are Professors of Philosophy (...)“. In: *The Crisis of Comparative Literature* (cf. nota 4).

“comparative literature” ter-se, por fim, perdido em uma desorientação e um desperdício temático que, *de facto*, há muito tinham dissolvido a disciplina a partir de dentro.⁷

Acrescente-se a isto que, depois dos ataques de Welles e, particularmente, após a morte de Carré, chegou-se também na França, com o passar do tempo, a uma estagnação.⁸ Assim, a onda de sucesso da “Littérature Comparée”, tal como existira na época de Paul Van Tieghem, Paul Hazard e Fernand Baldensperger, tornou-se pouco a pouco uma parte encerrada do passado, e mesmo a própria disciplina, que poderia ter se tornado a filha predileta das ciências do espírito, face à situação pós-guerra e à aspiração geral de superação do pensamento nacional na Europa, foi sendo empurrada cada vez mais para o segundo plano nos programas das universidades. Do mesmo modo também não foi pequeno o número de discípulos que preferiram mudar para outras disciplinas, quer dizer, que passaram a considerar o seu antigo trabalho comparatístico apenas como prelúdio para um outro posterior, mais importante. Assim, uma obra como *La crise allemande de la pensée française* (A crise alemã do pensamento francês) (1959), de Claude Digeon, uma “thèse” no âmbito da comparatística, ainda orientada por Jean-Marie Carré até pouco antes de sua morte, nem chegou mesmo a ser recebida como produção especificamente comparatística; e, assim, também se desenvolveu o percurso do próprio Marius-François Guyard que, ao final, se tornou um bem sucedido professor de história da literatura francesa. Outros, por sua vez, apresentavam trabalhos no âmbito de outras disciplinas, cuja relevância comparatística saltava aos olhos de todos os lados, sem que, todavia, com isso, se pensasse em encaixá-los numa matéria autônoma: a “littérature comparée”. A repercussão pós-guerra de Robert Minder no campo das relações literário-intelectuais franco-alemãs tornou-se justamente um exemplo típico desta problemática. E igualmente típica desta problemática foi a pesquisa de recepção empírica de Robert Escarpit, que se desenvolveu de modo independente em Bordeaux e a que, embora com referências expressas à Littérature Comparée e à investigação das “images” e “mirages”, com razão ou não, deu-se o nome de “sociologie de la littérature” (sociologia da literatura), para depois, junto com ensaios muito mais antigos, como os de Fernand Baldensperger, tornar-se precursora da estética da recepção, desenvolvida mais tarde por Hans Robert Jauss em território alemão.⁹

⁷ Isto, sabidamente, conduziu a um transbordamento que, ao longo das décadas, estimulou, enfim, no âmbito da definição dos (quer dizer, na busca dos) domínios de competência da „Comparative Literature“ as mais notáveis florescências: da palavra-chave „Literature and the other arts“ aos „Genderstudies“, „Postcolonial Studies“, „Culture Studies“, até os „Gay Studies“ e, por conseguinte, a uma „troca de paradigma“ após a outra.

⁸ Muito significativas são as alterações ocorridas, ao longo dos anos, no Manual de Guyard que, nas edições posteriores, ao invés de um rigorismo, revelam muito mais um lento e definitivo processo de frouxidão do programa „especificamente francês“: assim, o Avant-Propos de Carré foi deixado de lado a partir da 5ª edição, em 1969, com a seguinte justificativa: „Et puis, en prenant de l’âge, la littérature comparée a progressé et évolué en France même” (E depois, tomando-se a idade, a literatura comparada evoluiu também na França). – Mas, apesar disso, permaneceram ressalvas em relação ao transbordamento americano: cf. as observações sobre Henry H. H. Remak, que, em relação ao termo „Comparative Literature“, queria que se entendesse não só a comparação de literaturas entre si, mas também a comparação da literatura com outras expressões da vida espiritual humana como, por exemplo, „Literatura e pintura“, „Literatura e música“, „Literatura e religião“, etc. A esse respeito diz Guyard: „Je crains fort, pour ma part, qu’... vouloir être tout, le comparatisme ne soit plus rien“ (Estou convicto, pela minha parte, que querendo ser tudo, o comparatismo passar a não ser nada) (ibid. *Introduction*, 8).

⁹ Cf. Escarpit, R.: *Sociologie de la Littérature*. Paris 1958 (P.U.F., Coll. Que sais-je?). Digna de atenção aqui não é apenas a referência à raiz do conceito de recepção na Littérature Comparée (“C’est sans doute la littérature comparée, dernière-née des sciences littéraires, qui a fourni le plus grand nombre d’initiatives intéressantes dans ce domaine”¹¹), (Sem dúvida, foi a literatura comparada, a mais recente das ciências literárias, que forneceu o maior número de iniciativas interessantes neste domínio), mas

Ulrich Weisstein, que esteve pessoalmente envolvido e estrelou o desenvolvimento da comparatística norte-americana, reduziu tudo mais tarde à fórmula: “From Ecstasy to Agony”¹⁰ (Do êxtase à agonia). E a situação geral da comparatística – tanto no âmbito europeu-americano como também nas outras partes do mundo – apresenta nesse meio tempo, realmente, a imagem de declínio. Isto poderia ser, em suma, confirmado por uma descrição detalhada da situação da disciplina nas respectivas universidades – também onde ela chegou a funcionar. Chegou a haver a possibilidade de estabelecer uma disciplina avançada da ciência da literatura, autônoma, determinada pela neutralidade cultural e para além das ligações filológicas nacionais, composta de um arranjo entre a comparação literária que ultrapassa fronteiras e a investigação das relações literárias e intelectuais internacionais, e que poderia ser inserida como grandeza estável no catálogo das ciências da língua e da literatura. O programa com perfil claramente definido foi, no entanto, somente instalado, em última instância, em casos muito raros; e lá, onde isso ocorreu, ou foi freado sob a pressão das filologias nacionais, ou então novamente abolido.

Em resumo: quando em algum momento for escrita a história das ciências do espírito no século XX, o malogro da literatura comparada aparecerá, sem dúvida, como um de seus capítulos mais tristes¹¹.

Diante deste pano de fundo, o desenvolvimento da imagologia literária, tal como foi estudada em Aachen, apoiando-se na escola comparatista francesa e com base no conceito original de uma ciência comparada da literatura, deve ser entendido como um percurso solitário evidente; de modo semelhante ao que também aconteceu em outros lugares, onde novas disciplinas específicas foram estimuladas, quer dizer, desenvolvidas a partir da comparatística. Ela se apoiava na crença justificadamente verificável de que aqui, no âmbito de um programa de pesquisa e ensino comparatístico totalmente independente das “filologias nacionais” clássicas, se poderia desenvolver e delinear um campo especial que (independentemente de qualquer debate mais amplo sobre o possível estabelecimento acadêmico da “ciência da literatura comparada” ou da “ciência

também a menção expressa ao programa de imagologia de Paris (“Jean-Marie Carré a orienté ses élèves vers les problèmes de ‘mirage’ posés par la vision déformée qu’une collectivité nationale a d’une autre ...travers le témoignage des écrivains.”) (Jean-Marie Carré orientou seus discípulos para os problemas de ‘mirage’ calcados na visão deformada que uma coletividade nacional tem de uma outra ... através do testemunho de escritores), incluindo a referência aos trabalhos de Guy Michaud (também formado em Paris), que hoje injustamente caíram no esquecimento: dentre outros, *Introduction ... une science de la littérature* (Istambul 1950). Para tornar as relações ainda mais claras, que se veja atrás de tudo isso Fernand Baldensperger com o seu livro sobre teoria literária *La Littérature. Création, Succès, Durée* (Paris: Flammarion), do ano de 1913 e para o qual ainda não se deu a devida atenção.

¹⁰ Neohelicon, T.XXIV/2. 1997.

¹¹ Espantosamente, quase não há tentativas anteriores de uma veemente defesa do programa “francês” e da imagologia em especial contra a crítica abrangente de Wellek, o que – no que diz respeito à França – estava relacionado, em primeiro lugar, com a falta de alunos de Carré interessados na teoria. Somente a conclusão de alguns importantes trabalhos de imagologia – que, ou foram inspirados por ele, ou ainda se iniciaram sob a sua orientação – produziram aqui a “resposta”. Cf. a esse respeito também as minhas primeiras discussões de literatura na revista alemã *Die Neueren Sprachen (Neues zur Vergleichenden Literaturwissenschaft)*, ano 1959, e *Neuere Veröffentlichungen zur Vergleichenden Literaturwissenschaft*, ano 1961) assim como também a minha discussão minuciosa com Wellek na revista neerlandesa *Spiegel der Letteren: Crisis in de Vergelijkende Literatuurwetenschap?* (3, ano 4, 1960), que se desdobrava em um momento anterior àquele que testemunharia os fundamentos do Programa de Aachen, e cujos argumentos principais voltaram a ser reunidos no artigo publicado, em 1966, na *Arcadia* (v. nota 13). Ao mesmo tempo, a argumentação formava – especialmente em sua versão neerlandesa – um jogo com o trabalho de Brandt–Corstius, J.: *Een tegenstelling inzake het vergelijkend literatuuronderzoek* (v. nota 5), e tinha igualmente relação com Deugd, C, de: *De Eenheid van het Comparatisme*. Utrecht 1962.

da literatura geral e comparada” nas universidades dos países de língua alemã) estava em condições de extrair o melhor da rica cornucópia do programa originário da velha “Littérature comparée”, não mais num plano limitado, mas sim, em um altamente especializado.¹²

Partiu-se inicialmente do fato incontestável e estabelecido de que a imagologia literária, apresentada por Carré e seus estudantes, possibilitara comprovar, em um grande número de campos, a existência de representações da pretensa natureza e do suposto caráter de um país estrangeiro, bem como do próprio país, representações essas inteiramente da competência da ciência da literatura, e que somente poderiam ser apreendidas por meio da pesquisa literária. Em primeira linha, colocava-se a beletrística, onde cabiam inúmeras obras, nas quais “images” e “imagotípias” desempenhavam um papel de tal modo “imanente à obra” (para aplicar o aparato conceitual de Welck), que uma interpretação dos mencionados textos não era possível sem levar em conta a imagotípia correspondente.¹³ A isso acrescentou-se o papel que as “images” e as “mirages” desempenharam na difusão da literatura fora do seu âmbito de criação (por

¹² O termo “imagologia”, do qual se disse ter sido inicialmente criado no decorrer destas discussões, ou seja, no âmbito do Programa de Aachen, provém, rigorosamente falando, – embora já houvesse sido empregado antes da I Guerra Mundial por F. Baldensperger e P. Hazard – do âmbito da “etnopsicologia” francesa, de onde eu o extraí. Na *Revue de Psychologie des Peuples*, publicada por Abel Miroglio e um grupo de trabalho que surgiu em Le Havre, entre 1946 e 1981, que tentou e, posteriormente, abandonou a idéia de desenvolver uma “psicologia” das etnias européias, liberta dos conceitos de povos, foi criada em 1961/1962 uma rubrica intitulada “Imagologia”, em que muitos comparatistas franceses (em primeiro lugar Sylvaine Marandon) colaboraram e onde foi publicada particularmente a *Note sur l’imagologie ethnique* de Oliver Brachfeld (ano 17, 1962), onde aparece a expressão “imagotípia” (em substituição a “estereotípia”) posteriormente também por nós aceita. – Sobre a origem e o desenvolvimento da pesquisa imagológica cf. também a dissertação do meu – por muitos anos – assistente (Fischer, M. S.: *Nationale Images als Gegenstand Vergleichender Literaturgeschichte. Untersuchungen zur Entstehung der komparatistischen Imagologie*. Aachener Beiträge zur Komparatistik, vol.6, Bonn: Bouvier 1981); bem como do mesmo autor o ensaio „Komparatistische Imagologie. Für eine interdisziplinäre Erforschung national-imagotyper Systeme“. – In: *Zeitschrift für Sozialpsychologie*. Ano 10. 1979, Caderno 1.

¹³ Cf. o meu artigo „Zum Problem der ‘images’ und ‘mirages’ und ihrer Untersuchung im Rahmen der Vergleichenden Literaturwissenschaft“, in: *Arcadia*. Zeitschrift für Vergleichende Literaturwissenschaft, Ano. I, 1966, onde o significado „imanente à obra“ possível de ,images’ e ‘mirages’ foi demonstrado no exemplo do *Journal d’un curé de campagne* de George Bernanos; cf. igualmente meu artigo “Komparatistische Imagologie jenseits von “Werkimmanenz” und “Werktranzendenz”, in: *Synthesis*. Bulletin du comité national de littérature comparée de la République Socialiste de Roumanie, IX (1982) bem como o capítulo correspondente “Komparatistische Imagologie in meiner Komparatistik. Eine Einführung“. Aachener Beiträge zur Komparatistik, vol. 1, Bonn: Bouvier, 1977, 3. ed. 1991. Estes ensaios encontram-se traduzidos neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”.

exemplo nas traduções);¹⁴ e, por fim, a influência que elas próprias exerceram sobre a crítica literária e inclusive sobre a ciência da literatura.¹⁵

O exame da presença e da repercussão das “images” no âmbito da literatura também levou ao reconhecimento de que aquelas que, à primeira vista, pareciam secundárias forneciam, em uma observação mais precisa, os fundamentos essenciais de um constructo. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o reconhecimento de que as “images” e as estruturas imagotípicas não reproduziam realisticamente quaisquer características das comunidades consideradas (“nações”, “povos” etc.), mas eram ficções, quer dizer, eram concepções criadas, em algum momento, no decorrer da história, nos respectivos âmbitos (comunidades), “passadas”, em parte, de geração a geração e que, com o passar do tempo, foram capazes de reagir e se diferenciar efetivamente das opiniões e intenções daqueles que as haviam criado. Esta posição ontológica privilegiada, associada a uma não raro surpreendente força de sobrevivência, possibilitar-nos-ia, mais tarde, pôr em evidência sua semelhança com os assim denominados “objetos do mundo 3” da filosofia de Karl Popper.¹⁶

O exemplo mais conhecido foi a imagem francesa da Alemanha nos séculos XIX e XX, que já poderia ser atribuída a Charles de Villers, precursor de Mme de Staël, e que, como estrutura claramente abrangente (com as conhecidas antinomias

¹⁴ Cf. a esse respeito, entre outros, a problemática por mim tratada, prioritariamente na época, que envolve as traduções alemãs da literatura proveniente do âmbito lingüístico neerlandês e as complicações vinculadas com as diversas concepções de unidade e variedade entre as suas partes “Flandres” e “Holanda”, separadas estatal e histórico-culturalmente; cf. as minhas publicações neerlandesas *Aspecten van Vlaanderens bijdrage tot de Europese literatuur*. Trefpunt, 1965/66, Caderno 2; *Een nadere toelichting in verband met de Noord-Zuid-problematiek*. Trefpunt, 1965/66, Caderno 3, *Flandrica. Vlaamse en Algemeen-Nederlandse Zorgen op de Duitse Boekenmarkt*. 1969. (Edição completa na Editora Saeftinge Antwerpen-Blankenberge). Os resultados foram também novamente retomados em algumas de minhas publicações respectivas em língua alemã; cf. *Nachwort* à obra de Paul van Ostajen, *Grotesken*, edição Suhrkamp 202, Frankfurt a. Main, 1968, bem como *Nationale und kulturelle Identitätsprobleme im belgisch-niederländischen Raum aus der Sicht der komparatistischen Imagologie*, in: Berding, H. (Org.): *Nationales Bewußtsein und kollektive Identität*. Frankfurt a. M. 1994. – Cf. Iguualmente a dissertação na área de comparatística de Aachen de autoria de von Kloos, U.: *Niederlandbild und deutsche Germanistik. 1800-1933*. Amsterdam, Atlanta 1992 (Studia Imagologica eds. H. Dyserinck, J. Leerssen, v.4).

¹⁵ Diante do fato de que no programa de imagologia de Aachen, desde o começo, a relação franco-alemã (com inclusão regular da relação com o âmbito inglês) esteve no centro do ensino, deveria ser lembrado aqui que, antes de tudo, a base para a minha própria especialização no âmbito da ciência da literatura comparada em geral e da imagologia em particular foi originalmente a literatura produzida na Bélgica por escritores da geração de 1880, naturais de Flandres (Maeterlinck, Verhaeren, Georges Rodenbach, Elskamp, Eekhoud etc.), que, seguindo Charles de Coster, escreviam em francês; acrescente-se a isso o tratamento dado ao assunto pelas histórias da literatura alemã e francesa, que consolidou definitivamente a minha decisão de me ocupar com este aspecto da imagologia. Tudo isto dá suporte à minha convicção de que esta atividade comparatística, com campos limítrofes e interseccionais no nosso continente multilingual, tem um grande e auspicioso significado. Cf. dentre outros: meus artigos “Zur Sonderstellung der französisch schreibenden flämischen Autoren der Generation von 1880“ (*Die neueren Sprachen*. 1964) e „De Fransschrijvende Vlaamse auteurs van 1880 (*Spiegel der Letteren* VIII, 1965) bem como mais recentemente „Betrachtungen zur Sonderstellung der innereuropäischen Grenz- und Überschneidungsregionen“. – In: *Celebrating Comparativism*. Papers offered for György M. Vajda and István Fried (Ed. v. K. Kürtösi, J.P.I. Szeged 1994).

¹⁶ Para a consideração do status das ‘images’ como „objetos do mundo 3“ no sentido de Karl Popper, cf. Dyserinck, H.: “Komparatistische Imagologie. Zur politischen Tragweite einer europäischen Wissenschaft von der Literatur“. – In: Dyserinck, H., K. V. Syndram (Org.): *Europa und das nationale Selbstverständnis. Imagologische Probleme in Literatur, Kunst und Kultur des 19. und 20. Jahrhunderts*. Aachner Beiträge zur Komparatistik, vol.8, Bonn: Bouvier 1987. Este ensaio encontra-se traduzido neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”.

romantismo-classicismo, protestantismo-catolicismo, amor à liberdade - culto à autoridade, etc.), serviu de ilustração para a germanofilia de alguns, ou de fundamentação para a germanofobia de outros, durante muito tempo, no século XX.¹⁷

De resto, aqui só se mostrou claramente que as “imagens” (ou “mirages”, tal como Carré denominava as imagens da Alemanha), muito faladas e de ampla repercussão, não representavam nenhum reflexo de qualquer caráter ou “natureza” de fato “nacional”, ou seja, “popular”, existente deste ou do outro lado do Reno, e que, por conseguinte, também não se poderia pensar em utilizá-las como parte integrante de uma suposta etnopsicologia. E, ainda com mais clareza, mostrou-se, mais uma vez, que a assim denominada “psicologia dos povos” (como produto pseudo-científico de fantasia ideologicamente dependente) – para não aludir à muito popular “ciência do caráter” [Wesenskunde] cultivada, sobretudo, em solo alemão – não foi fomentada, mas, em última instância, tirada dos gonzos pela imagologia literária. Por essa razão, nós pudemos falar de desideologização ou até mesmo de desmitologização.¹⁸

Por outro lado, também ficou claro que, em toda imagologia literária e em toda discussão sobre identidade, é de especial importância o fato de que nas “imagens de outros países”, em última instância, há em sua base, explicitamente ou de modo latente, uma imagem do próprio. Dito de outra maneira: existe um entrelaçamento estreito entre “auto-image” e “heteroimage”.¹⁹

E, do mesmo modo, tornou-se finalmente claro, que a afinidade, tal como o jogo e a interação entre auto e “heteroimages”, só poderiam ser observados de um ponto de vista radicalmente neutro; quer dizer, ao menos daquele ponto de vista que nós já conhecíamos dos fundamentos de toda a comparatística autêntica (como filologia supranacional, quero dizer supranacionais) e que, no âmbito de uma imagologia literária também politicamente muito relevante, se mostrou imprescindível.²⁰

Tudo isto não impediu que nós, de uma maneira muito especial, não levássemos em conta a já citada resistência e perseverança com que “imagens” e estruturas imago típicas se mantinham vivas ao longo de gerações; uma perseverança que sabidamente conduziu inclusive ao fato de que justamente os elementos imago típicos que surgiram na literatura, seja pela via direta, seja pela indireta – e tanto de pessoas externas ao meio como também de alguns críticos e cientistas literários – foram aplicados como meio para a fundamentação de concepções irracionais do “caráter nacional”, da “alma dos povos” e da “natureza” das nações espiritualmente condicionadas.²¹

¹⁷ Cf. Carré, J.-M.: *Les écrivains français et le mirage allemand*. Paris 1947.

¹⁸ Nesse sentido, os trabalhos de Albert Béguin (particularmente *L'âme romantique et le revê* – A alma romântica e o sonho) também puderam ser vistos como contribuições valiosas para a comparatística; o verdadeiro cerne de sua mensagem relacionada com o conceito – que até então tinha quase se tornado um bem comum – das diferenças “típicas” (que podem ser dependentes da “psicologia dos povos”) entre o romantismo alemão e o francês dizia que estas diferenças não eram dadas desse modo e não tinham absolutamente nada a ver com “psicologia dos povos”.

¹⁹ Independentemente das já antigas declarações de Jean-Marie Carré, cf. em especial Claude Digeon: *La crise allemande de la pensée française* (Paris 1959), onde o conceito da relação entre “autoimage” e “heteroimage” é usado de modo especial. Cf. ainda Marandon, S.: *Les images des peuples. Bilan pour servir d'introduction aux recherches ...venir*. –In: *Revue de Psychologie des Peuples*, ano 19, 1964.

²⁰ Nesse sentido é que, no decorrer do tempo, também deve ser entendida a nossa convicção da aplicabilidade comparatístico-imagológica do conceito de “neutralité culturelle” de Georges Devereux (cf. os respectivos capítulos em sua etnopsicanálise *Complémentariste*. Paris 1972 [em alemão: *Ethnopsychanalyse. Die komplementaristische Methode in den Wissenschaften vom Menschen*. Frankfurt a. M. 1984]).

²¹ Como exemplo, nós poderíamos citar aqui inúmeros trabalhos na área da tematologia onde, de modo surpreendente, sobretudo no Romantismo alemão, inúmeros trabalhos (principalmente na forma de

Mas, se a crença em uma assim denominada “psicologia dos povos” era pura ideologia (portanto, no sentido de “falsa consciência”), então as “imagines”, que as “nações”, os “povos” – ou como ainda poderiam ser chamados – sempre utilizaram ou desenvolveram entre si, quaisquer que fossem as razões, eram em sua especificidade uma forma imagotípica, e não raramente estereotípica, apesar de realidades tanto mais duras; certamente realidades de um tipo especial e com um *status* ontológico próprio, que, de acordo com isso, ganharam também uma espécie de atenção especial – com finalidades próprias correspondentes. E o significado que elas tiveram para a política (na qual somente se meteram com excessiva frequência através da literatura, da crítica literária e da publicidade literária), tornou-se assim claro.²²

Tanto da discussão em torno do problema da identidade, aqui trabalhada, quanto do total das produções alimentadas pelo Programa de Aachen, com foco na teoria imagológico-comparatística, evidenciam-se duas constantes essenciais:

1. A constatação de que o pensamento em categorias nacionais é relativo, inclusive que os conceitos de “nação”, “povo”, etc. também o

minidissertações) se ocuparam da imagem alemã da França, Itália e Espanha. Todos eles foram superados pela obra “substancial” (portanto, que examina propriamente a “natureza” do alemão e do francês, isto é, anuncia a existência das correspondentes “diferenças de natureza”) *Esprit und Geist* (1927) do romanista de Berlim (e, segundo a sua trajetória intelectual, também germanista) Eduard Wechßler. Denominar aqueles trabalhos de “imagológicos”, tal como recentemente fez o professor de romanística F. R. Hausmann, de Freiburg, em um artigo sobre a História da Romanística alemã no “3. Reich”, é falso, porque se ancora em uma carência de informações adequadas; a mesma coisa aplica-se a Milan Kundera quando denomina, no capítulo “Die Imagologie” de seu livro *Die Unsterblichkeit* (1990), de “imagólogos” aqueles que, desde tempos remotos, estiveram ao serviço de personagens dirigentes da política, da mídia, economia etc. e cuidam de suas “images”. – Em relação a Eduard Wechßler ver igualmente a dissertação comparatística de Aachen em fase de conclusão de Horst Schmidt, intitulada *Imagotype Philologie*, que, com base no exemplo da “ciência do caráter” (*Wesenskunde*) de Wechßler, trata particularmente do problema das “images” nacionais na literatura através dos métodos da imagologia.

²² A comprovação das possibilidades de uma aplicação da imagologia para a compreensão de processos políticos foi desde o início um dos objetivos do Programa de Aachen, razão pela qual nós também nos concentramos em tais fenômenos, nos quais movimentos e correntes literários, isto é, histórico-ideológicos, repletos de “images”, atuaram diretamente sobre programas políticos. A estes pertencem, dentre outros, o programa da *Négritude*, desenvolvido pelo poeta e posteriormente presidente do Senegal Leopold Sedar a partir das teorias sobre a África do etnólogo alemão Leo Frobenius, que repousam na tradição da imagotopia franco-anglo-germânica, e que foi por Senghor elevado a ideologia do Estado senegalês. (Cf. Dyserinck, H.: *Die Quellen der Négritude-Theorie als Gegenstand komparatistischer Imagologie*. – In: *Komparatistische Hefte*, Caderno 1, Bayreuth 1980. Este ensaio encontra-se traduzido neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”). Entre os resultados mais importantes desta atividade especializada, vinculada ao movimento *Négritude*, estão os trabalhos do meu aluno Martin Stein, oriundo do “cantão leste” belga, que faleceu ainda muito novo. Na qualidade de licenciado de Liège no ano de 1961, foi promovido a Dr. em 1972 (o primeiro no âmbito da comparatística de Aachen) com a dissertação *Das Bild des Schwarzen in der europäischen Kolonialliteratur 1870-1918* (A imagem do negro na literatura colonial européia 1870-1918). Em 1982, na Sorbonne de Paris, recebeu o título de “Docteur ès Lettres” (modelo “Doctorat d’État”), com uma tese abrangente. – Por outro lado, este mesmo programa também alcançou êxito com as pesquisas do meu aluno neerlandês J. Th. Leerssen que, logo após a sua promoção, tornou-se docente e, logo a seguir, Professor Dr. do “Europese Studies” na Universidade de Amsterdam e que, nesse meio tempo, se tornou um especialista na aplicação de pontos de vista imagológicos e métodos na pesquisa de questões de identidade na Europa, apresentando diversas publicações de livros e inúmeros artigos (entre eles alguns sobre a imagotopia na Irlanda). – Uma posição universitária semelhante alcançou o nosso estudante de doutorado espanhol Enrique Banús Irusta, que atualmente dirige o Instituto para “Estúdios Europeos” da Universidade de Navarra.

são. Isto é resultado da investigação da relatividade presente na formação de todas as “imagens”.²³

2. O reconhecimento de que, em simultâneo, também existe algo semelhante a uma necessidade de coletividade e de “segurança” (Geborgenheit), fortemente enraizada, a que, como se sabe, o homem dos tempos modernos sempre acedeu, mais ou menos vigorosamente, com seus sentimentos “nacionais”, necessidade essa que, no entanto, de agora em diante, e de modo novo, deveria ser traduzida em um plano mais elevado, quer dizer, para além do pensamento nacional. Isto é resultado da constatação do efeito, inclusive também da “obstinação” com que sempre e sempre as “imagens” e as estruturas imagotípicas se manifestaram e afirmaram no decorrer da história.²⁴

A conclusão é de que trabalhar com a questão da identidade, a partir da imagologia literária, não implica apenas em completar o caminho da outrora “etnopsicologia” rumo a uma nova “etnoimagologia” de fundamentação científica, crítico-racionalista. A tarefa pressupõe também que se investigue a possibilidade de contribuição ao desenvolvimento de modelos de identidade pós-nacionais, a partir da literatura e de seus campos adjacentes; uma tarefa que, aliás, nos aproxima daquilo que, a esse respeito, já se fez na história da literatura europeia do século XIX: pensamos nas investidas dos românticos franceses Lamartine, Musset, Hugo, etc. contra o pensamento nacional.²⁵ E, além disso, e a isso intimamente ligado, também pensamos na convicção de Victor Hugo de que o homem pós-nacional poderia encontrar a sua proteção (Geborgenheit), não só no círculo europeu, mas num âmbito mais abrangente, num sentimento de pertença universal.²⁶

Confirmamos, além disso, nossa convicção de que a literatura e seus campos adjacentes (quer dizer, a historiografia da literatura e a crítica literária) não oferecem uma quantidade de material, grande o suficiente, para pesquisas desse tipo.

²³ Este conceito, aplicado em inúmeros estudos de caso e defendido no Programa de Aachen, também era o ponto central do nosso Colóquio, organizado em 1983, em Luxemburgo, sob o título *Europa und das nationale Selbstverständnis / Europe and National Consciousness / L'Europe et la conscience de la nationalité*, cujas comunicações apresentadas foram publicadas no volume 8 das contribuições de Aachen para a comparatística. (Cf. nota 16) – Em nosso trabalho, nós nos encontrávamos homologados do mesmo modo pela obra de Benedict Anderson: *Imagined Communities*, London 1983, bem como através das respectivas inúmeras publicações mais antigas de Hans Kohn, Eugene Newton Anderson, sem esquecer Karl Popper. – Deu-se prosseguimento à aplicação do conceito também no âmbito de nosso II Congresso de Luxemburgo, em 1990, cujas contribuições foram publicadas sob o título *Komparatistik und Europaforschung* no volume 9 de nossa série já acima mencionada.

²⁴ Cf. a esse respeito também o meu artigo: „Zur Entwicklung der komparatistischen Imagologie“. – In: *Colloquium Helveticum*. Schweizer Hefte für allgemeine und vergleichende Literaturwissenschaft. Caderno 7, Imagologie, 1988. (Este ensaio encontra-se traduzido neste site em “Imagologia. Coletânea de ensaios 1 de Hugo Dyserinck”). – Compreende-se, contudo, nesse contexto que o tratamento imagológico da problemática de identidade com respeito à questão vinculada com a formação da “autoimage”, segundo a necessidade do homem de segurança, ainda pode extrair inúmeras sugestões da filosofia de Otto Friedrich Bollnow: cf. particularmente *Neue Geborgenheit* (1955) e *Mensch und Raum* (1963).

²⁵ Em relação ao pensamento antinacional no Romantismo francês conferir, dentre outras, a obra de Lamartine *Marseillaise de la Paix*, que surge, em 1840, como resposta à canção do Reno, de Nikolau Becker (*sie sollen ihn nicht haben*).

²⁶ Deve-se também fazer referência à aplicação especialmente importante para a imagologia do ideário de Victor Hugo através de Gaston Bachelard (dentre outras em *La poétique de l'espace*, 1957) e, particularmente, com vista ao desenvolvimento de uma teoria da possível satisfação da necessidade de segurança de orientação universal; cf. Dyserinck, H.: *Komparatistik als Europaforschung* (cf. nota 23).

Para melhor esclarecer certas possibilidades de aplicação da imagologia literária em relação ao problema da identidade cultural e nacional, usaremos aqui, temporariamente, o espaço Benelux por nós já trabalhado; isto, em certa medida, para ilustrar o que já foi dito até aqui – ou ao menos para fazer alusão às perspectivas resultantes da aplicação dos princípios e métodos da imagologia literária na análise de determinados âmbitos europeus, especialmente atingidos pelo contato e pela intersecção de grupos étnicos, quer dizer, lingüísticos.

Se há um território na Europa, onde a sempre reiterada relatividade do conceito de identidade encontra expressão convincente, então este é, sem dúvida, o espaço Benelux. Não só porque lá convivem de modo muito estreito diversas entidades “nacionais” e “étnicas”, difíceis de definir, mas porque todas elas também se cruzam lingüística e espacialmente, ao mesmo tempo em que, de certo modo, também se excluem, umas às outras, o que as conduz *ad absurdum*.

Numa Valônia, onde uma primeira ministra descende de pais flamengos, imigrantes da primeira geração, onde as personagens que encabeçam a lista dos grandes partidos francófonos se chamam Spitaels, Cools ou Van der Biest, onde se manifestam escritores conhecidos, publicitários e jornalistas com sobrenomes flamengos, nem mesmo o maior racista pensaria em introduzir o princípio biológico da descendência para a definição de uma “nacionalidade”.

E se, em relação à fronteira lingüística, um outro fator constantemente citado, chega-se com regularidade a polêmicas e se, por exemplo, o contrato europeu de proteção das minorias da Bélgica não foi assinado, é porque a situação que se arrasta há gerações tem, em ultima instância, raízes nos problemas da utilização da língua que, por sua vez, não está ligada a fronteiras.

E tudo isto em uma estrutura política em que as partes isoladas – se assim se quer – da Federação nem mesmo são claramente definidas, quer dizer, nem mesmo encontram uma descrição aceita de modo geral. Os três setores lingüísticos mais importantes da Bélgica (o de língua francesa, neerlandesa e alemã) carregam nomes oficiais que, em comparação uns com os outros, não apresentam nenhuma lógica: a comunidade de língua francesa é descrita com um adjetivo que se relaciona com a França e tudo que é francês: “Communauté française”; o nome dos falantes do neerlandês (“Vlaamse Gemeenschap”) refere-se a “Vlaanderen” (quer dizer, “Flandres”), o que, na verdade, só é válido para uma parte dessa região (as províncias da Flandres a leste e a oeste), e isto só é aceitável porque o nome “Vlaanderen” (juntamente com o nome “Vlamingen” para a população nativa) acabou por se impor ao longo do século XIX para toda a extensão do “Reino da Bélgica” falante de língua neerlandesa (portanto, também para as regiões de “Brabant” e “Limburg”. Para a denominação da parte (pequena) de falantes da língua alemã, anexada somente depois da I Guerra Mundial (o assim denominado “Cantão Leste”, ou seja, o território Eupen-Malmedy-Sankt Vith), utiliza-se um adjetivo, que se relaciona exclusivamente com a língua, mantendo-se distância em relação a qualquer controvérsia sobre a filiação a territórios ou a tradições no interior ou exterior da Bélgica, de tal modo que, nesta tríplice aliança, o grupo de população formado pelos falantes da língua alemã é o único denominado de uma maneira ao menos incontestável de “comunidade de língua alemã”.

O “Reino dos Países Baixos”, por sua vez, é a denominação de um país em forma plural (“Koninkrijk der Nederlanden”), sem levar em conta que este plural abarca a totalidade dos Países Baixos – portanto também a “Flandres” -; um hábito que se poderia explicar através da tradição, isto é, o recurso de lançar mão da história e que se poderia, em caso de necessidade, justificar sem problemas, se disso não resultasse o fato de que o adjetivo e a denominação de “Nederland” são, com muita frequência, aplicados

somente para a língua, cultura e literatura, etc. do país chamado de “Konindrijk der Nederlanden”. Temos aqui, de novo, um abuso derivado do pensamento nacional, difícil de aceitar pelo fato de que, ao lado da denominação “oficial” de “Konindrijk der Nederlanden”, também existe no neerlandês uma denominação mais concisa para o país: “Nederland”.

A descrição das conseqüências de uma situação confusa como essa poderia conduzir ao infinito e, por fim, terminar possivelmente na questão de saber se não seria conveniente ver nestas ocorrências tão-somente problemas simples de nomenclatura, passíveis de serem dirimidos sem maiores problemas numa Europa que se dirige para a multiculturalidade, na qual, em última instância, realmente só poderiam ainda restar as diferenças lingüísticas; uma hipótese, que seria aceitável, caso não existisse aí o fato de que situações assim sempre conduziram a conflitos. Além disso, cada um dos territórios, denominados de modo contraditório e não-lógico, encontrou aceitação passageira em partes da população, dignas de serem examinadas, ou seja, produziu “sentimentos de pátria” e, inclusive, gerou excitações “patrióticas”; sentimentos com os quais alguns conviveram, pelos quais alguns padeceram e outros até morreram. – E isto, sabidamente, vale também para o velho modelo da Bélgica, composto apenas da Flandres e da Valônia, tornado “pátria” [Vaterland] para muitas camadas de seus habitantes.

De resto, este também é o caso de Luxemburgo, onde a impossibilidade de um afrancesamento completo da população se vê confrontado com uma má vontade simultânea em se considerar oriundo de uma região de dialeto alemão totalmente diversa, pertencente ao espaço de língua alemã, e em se comportar como tal.

Resultado: ainda por volta do século XX, faz-se a tentativa de desenvolver uma língua nacional para o Luxemburgo a partir do dialeto francônio do Mosela; um procedimento que, por exemplo, na Flandres ocidental durante a segunda metade do século XIX, foi sugerido por certos “particularistas” na forma de movimento contra o monopólio lingüístico neerlandês e fracassou.

Em face de tais relações, a imagologia literária ofereceu, com seus trabalhos, contribuições à pesquisa da identidade e, conseqüentemente, vê-se obrigada a lembrar em primeiro plano um de seus mais importantes princípios: “nações” e inclusive “povos” não são constantes ou realidades pela vontade de Deus, mas tão somente modelos de pensamento tornados realidade no âmbito da história – quer dizer, de modo transitório.²⁷

Também precisa verificar que, “necessidades de segurança” atemporais e outras formas de desejo de vínculo podem encontrar expressão e, ao mesmo tempo, satisfação nesses “modelos transitoriamente concretizados”. E, obviamente, também constata que, em todos esses modelos concretizados, ou somente pensados, sempre houve imagotipos e “images” literárias, quer dizer, imagens literariamente vinculadas, imagens alimentadas e eventualmente aguçadas em um processo marcado pelo intercâmbio dos sentimentos “nacionais” dos grupos. Dito de outro modo: para uma pesquisa especial como a imagologia, saída da ciência da literatura, e que, sempre trabalhou com métodos desta ciência, ainda resta a tarefa específica de explicar o papel que a literatura (inclusive a sua adjacência) desempenhou nisso tudo. As questões em aberto são *legio*.²⁸

²⁷ Com respeito a esse conceito cf. igualmente meu artigo: “Komparatistische Imagologie”. – In: *Aachener Beiträge zur Komparatistik*, vol. 8 (ver nota 16).

²⁸ Cf. Leerssen, J. Th.: *Europese literatuur en nationale beeldvorming* (Conferência de posse no cargo de Professor Dr. do “Europese Studies”, na Universidade de Amsterdam [U.v.A.]; publicada em: *De Gids*, I, Jg. 156, Jan. 1993. – Aos aspectos que merecem ser observados em relação à continuação do desenvolvimento da imagologia e seu alcance politológico pertence também o interesse crescente nas

Assim, finalmente, é igualmente possível reconhecer, a partir desta perspectiva em relação à problemática da identidade étnica, o que em última instância ainda se pode, de certo modo, esperar da imagologia literária como disciplina filiada à antiga “Littérature Comparée”: a possibilidade de, com suas propostas de trabalho, ainda pouco conhecidas da sociedade científica, contribuir para a elucidação mais abrangente da necessidade humana de concepções de identidades étnicas ou coletivas, ou seja, para saber se, em última análise, ainda haverá algo semelhante num pensamento pós-nacional e, se houver, em que ordem de grandeza. Trata-se de investigações, bem entendido, que partem da literatura em seu próprio contexto, isto é, de um material de pesquisa que sempre desempenhou e, possivelmente, ainda vai desempenhar por longo tempo um papel incomensurável no desenvolvimento de formações de consciências culturais, nacionais e outras coletivas.

E, por fim, a imagologia literária mostra-se, nesse percurso, sobretudo como parte daquela pesquisa antropológico-filosófica, a que irrevogavelmente pertence, para além de todas as diferenças de opinião, acerca da pergunta: para que serve o trabalho científico em torno da literatura? Uma ciência surgida em nosso “Laboratorium Europa” pelas mãos de pessoas particularmente focadas em sua existência em um mundo ainda marcado por sérias diferenças políticas, culturais e também lingüísticas.²⁹

escolas superiores do antigo bloco oriental: v. Mehnert, E. (Org.): *Imagologica Slavica. Bilder vom eigenen und dem anderen Land*. Editora Peter Lang, 1997, bem como dos grupos de pesquisa imagológica fundados em Pilsen, Lotz, Burgas etc. pelos germanistas e comparatistas de Chemnitz.

²⁹ Para o conceito “Laboratorium Europa” por nós utilizado (para cuja formação buscamos estímulo no conceito de “clearing house” de Paul Van Tieghem e que se diferencia expressamente do objetivo “eurocêntrico”) v. Dysenrick, H.: *Komparatistik als Europaforschung*. – In: *Aachener Beiträge zur Komparatistik*, vol. 9 (cf. nota 23), em especial p.49ss., bem como Syndram, K.U.: *Laboratorium Europa zur Kulturwissenschaftlichen Begründung der Komparatistik*. – In: Leerssen, J. Th., K. U. Syndram (Orgs.): *Europa Provincia Mundi*. Amsterdam 1992.

Como citar:

Dyserinck, Hugo. Unidade apesar da diversidade. Expansão europeia e consciência cultural europeia. Trad. Alceu João Gregory. In: Ribeiro de Sousa, Celeste (org.). *Imagologia. Coletânea de ensaios II de Hugo Dyserinck*. São Paulo, Instituto Martius-Staden, 2007. ISBN 978-85-64168-17-6.

Unidade apesar da diversidade Expansão europeia e consciência cultural europeia*

Hugo Dyserinck

Jean Monnet teria dito certa vez que – se tivesse de recomeçar seu trabalho sobre a união europeia – começaria com a cultura e não com a economia e indústria. Uma bela idéia que em determinadas circunstâncias pode apontar para verdades mais profundas. Seria isso também uma dica para um caminho mais simples do que o trilhado até agora?

Podemos falar de fato de uma unidade cultural europeia. Destacá-la com louvor e recomendá-la; desfraldar a herança filosófica da Grécia Antiga, os fundamentos judaico-cristãos do Ocidente, o humanismo da Renascença e o espírito do Iluminismo com sua libertação do homem, em última instância agrilhado à sua própria incapacidade de expressar-se. Tudo isto num espaço que se expande em direção ao Oriente – para a concretização de uma “união”, que se estende de Atenas até a Irlanda do Norte e de Toledo até Cracau – sem falar de uma Polônia ocidentalizada e muito menos dos países que cercam a Rússia.

No entanto, quando se trata de transformar essa estrutura ideal em realidade política ficamos diante de problemas. E a construção da União Europeia, com a qual todos nós sonhamos depois da Segunda Guerra Mundial, para recordar um pronunciamento de Winston Churchill¹, lembra na melhor das hipóteses a Procissão Echternacher², ou nem isso.

A tese que defendo – como resultado de longos anos de pesquisa na área de literatura comparada e história da cultura – diz o seguinte: O verdadeiro entrave, que tem sido subestimado até o momento e, diferentemente do que aconteceu com os problemas econômicos, até mesmo ignorado, é o pensar em “categorias nacionais”.

* Dyserinck, Hugo - Einheit trotz Verschiedenheit: EU-Erweiterung und Gesamteuropäisches Kulturbewusstsein. In: Peeters, Roger (Ed.) - Europe's identity, culture and values. Amsterdam. Bruxelas, Stichting Christenen voor Europa v.z.w., 2004, p.125-133. Trad. Alceu João Gregory, pesquisador do grupo RELIBRA “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha”. Revisão de Celeste H.M.Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

¹ Trata-se de um discurso de Winston Churchill feito em 19 de setembro de 1946, na Universidade de Zurique, apelando a uma reconciliação franco-alemã e à constituição dos Estados Unidos da Europa. Nota da revisora.

² Trata-se de uma procissão religiosa, realizada em Echternach, no Luxemburgo, em que, durante o percurso, os participantes dançam ao som de música, dando três passos para a frente e dois para trás. Nota da revisora.

Quando, depois das guerras napoleônicas – na verdade em contrapartida ao desenvolvimento de uma Prússia nacionalista –, o mundo intelectual francês – apesar do passado ou talvez justamente tendo por base as suas repercussões – revelou o desejo de promover uma união, ou melhor, uma reconciliação entre os “povos” europeus – o grande Victor Hugo cunhou o conceito dos Estados Unidos da Europa. Entretanto, tudo não passou de acabadas formulações literárias, embora um outro francês – também ele um dos escritores mais significativos do seu tempo – houvesse apontado com um pouco mais de profundidade para as reais dificuldades que se vislumbravam.

Depois que o escritor Niclas Becker, de nacionalidade alemã, escritor de segunda linha, publicou sua célebre e depois mal-afamada “Rheinlied” (Canção do Reno), a serviço do Estado, tendo na introdução palavras marcantes contra “os” franceses, e que quase se transformou num “hino nacional”, Lamartine respondeu com a “Marseillaise de la Paix” (Marselhesa da paz), que se tornou conhecida em todos os países da Europa, e que pôde comprovar o caráter vanguardista do Romantismo francês.

Em Becker, o texto dizia o seguinte: “Sie sollen ihn nicht haben, den freien deutschen Rhein, ob sie wie gierige Raben sich heiser darnach [sic] schreien”. (Eles não o terão, o livre Reno alemão, mesmo que gritem por ele até perder a voz como corvos vorazes”.

E Lamartine respondeu: “Nations, mot pompeux pour dire barbarie,” e “Déchirez ces drapeaux; une autre voix vous crie: ‘L’egoïsme et la haine ont seuls une patrie; La fraternité n’en a pas!’” (Nações, palavra pomposa para dizer barbárie ... Rasgai essas bandeiras, uma outra voz vos grita: ‘Só o egoísmo e o ódio conhecem pátria; a fraternidade não a tem!)

E a agudeza da idéia nem era nova: Já no século XVIII, na Inglaterra, o famoso doutor Samuel Johnson tinha-se referido ao patriotismo como “the last refuge of a scoundrel” (o último refúgio de um salafário).

Eram idéias que tocavam o cerne do problema: O entrave estava no próprio conceito de nação, até mesmo no conceito de “povo”. O filósofo Karl Raimund Popper, proveniente da antiga Austro-Hungria, mas atuante sobretudo nos países de língua inglesa, dizia, ainda em 1981, numa palestra em Viena sobre “a idéia maluca do princípio da nacionalidade”, responsabilizando “os filósofos Rousseau, Fichte e Hegel, e essa idéia é responsável (vou citá-lo literalmente) “com certeza também (...) pelas conseqüências das guerras napoleônicas”.

O que se entende aqui por princípio de nacionalidade, ou melhor dizendo, por pensar em categorias nacionais? Em *Die offene Gesellschaft und ihre Feinde* (A sociedade aberta e seus inimigos), diz Karl Popper em 1944 (cito conforme a edição alemã de 1955): “Es ist gesagt worden, dass eine Rasse eine Ansammlung von Menschen ist, die vereinigt sind nicht durch ihren Ursprung, sondern durch einen gemeinsamen Irrtum in bezug auf ihren Ursprung. In ähnlicher Weise könnte man sagen, dass eine Nation (im Sinne Hegels) eine Anzahl von Menschen ist, die vereinigt sind durch einen gemeinsamen Irrtum in bezug auf ihre Geschichte”. (Foi dito que uma raça é um conjunto de pessoas, que estão unidas não pela sua origem, mas sim por um engano comum em relação à sua origem. De uma forma semelhante poder-se-ia dizer, que uma nação (no sentido de Hegel) é um número de pessoas, que estão unidas por um engano comum em relação à sua história). Transportando isto diretamente para a nossa realidade, é mais simples: trata-se do fato de que os europeus continuam acreditando na existência de “povos”, que podem ser claramente separados uns dos outros, diferenciados entre si através de determinadas características e que podem desenvolver uma ilibada compreensão de si mesmos. Para termos uma imagem das formas grotescas ocasionais que, no passado, produziram esta representação, basta lançarmos um olhar sobre as inúmeras publicações – algumas de grande envergadura e bastante

consideradas – que tinham como objeto de estudo o conceito irrefletido de “psicologia dos povos”, começando pela “Zeitschrift für Völkerpsychologie” (Revista de Psicologia dos Povos) fundada em 1860 por Moritz Lazarus e Heymann Steinthal, passando por trabalhos de Wilhelm Wundt, Willy Hellpach e Salvador de Madariaga, chegando a André Siegfried que, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, – e apesar de todas as aberrações do Nacional-Socialismo e do racismo –, continuou trabalhando em sua obra *L'âme des peuples* (A alma dos povos) com os conceitos de “caráter de um povo”, de “alma de um povo”.

Mas a verdade é outra – ela é ao mesmo tempo mais simples e, contudo, ocasionalmente mais complicada:

As diversas entidades, responsáveis pela nossa diversidade, não são “povos”, mas sim estados e regiões lingüísticas. E os traços de caráter diferenciados que, acredita-se, são passíveis de serem determinados, não são realidades senão imaginações, fantasias. Na terminologia comparatista falamos, desde a metade do século XX, de “images” (imagens - terminologia francesa) e de representações de um outro país (“L'étranger tel qu'on le voit” = o estrangeiro tal como se o vê), “heteroimages” (heteroimagens), assim como de “autoimages” (imagens de si mesmo, que em última instância são construídas a partir de heteroimagens). Estas são as verdadeiras realidades, que ainda nos influenciam de mil maneiras ou dominam o nosso pensamento, e não as diferenças de caráter ou os modos de ser dos “povos”. Na imagologia literária fala-se de “os assim chamados povos”. E, neste ponto, sentimo-nos amparados por alguns filólogos que, no âmbito universitário, não precisam necessariamente estar envolvidos com a nossa disciplina. Quero citar Ernst Robert Curtius que, logo após a Segunda Guerra Mundial, lembrou que, há quinhentos anos atrás, não havia nenhum dos estados ou povos atuais. Os nossos estados atuais – e até mesmo povos - são, no âmbito da história, estruturas de pensamento criadas que, desde sempre, apresentam natureza transitória.

Um dos mais famosos exemplos de contraposição entre duas das maiores assim chamadas entidades nacionais européias, criada pela “imagotipia”, é encontrado no que Mme de Staël expôs, em 1810, no seu livro *D'Allemagne*: Ela havia situado a diferença, melhor dizendo, a oposição *Alemanha-França* em três níveis diferentes, desenvolvendo assim uma estrutura, que haveria de se tornar o modelo mais bem sucedido de imagotipias bipolares conhecido até o momento na Europa.

A Alemanha, como elemento nuclear do norte europeu (“le Nord”), era para ela, visto de uma perspectiva intelectual, o país do Romantismo, enquanto a França e os países românicos em geral (“le Midi”) eram dominados pela tradição do Classicismo, marcado pela razão. Do ponto de vista religioso, a Alemanha era para ela o país do protestantismo, enquanto a França permaneceu marcada pelo catolicismo. E, politicamente, a Alemanha era dominada por um ímpeto de liberdade, há séculos desenvolvido contra a dominação romana, ao passo que a França (ao tempo de Madame de Staël um império e uma monarquia absolutista) sempre foi caracterizada por forças e maneiras de pensar autoritárias. Não foi por acaso que se desenvolveu, justamente a partir desta última oposição, a imagem de uma Alemanha, que sempre se impunha pelo “movimento” (e pelo ímpeto de mudanças), enquanto que a França se mantinha caracterizada pelo conservadorismo “estático”, o que, ainda em meados do século XX, é retomado por um Jean Giraudoux, na seguinte fórmula lacônica: “L'Allemagne est le mouvement et la France le repos” (A Alemanha é o movimento e a França o repouso).

O particularmente interessante nessas “estruturas imagotípicas” – como as denominamos na imagologia literária – é, de fato, em primeiro lugar, a sua durabilidade e estabilidade, melhor dizendo, o fato de elas terem sido adotadas por vários autores,

que se ocuparam da Alemanha – como no caso acima – no decorrer do século XIX e XX, em nome de uma certa germanofilia, tendo isto também ocorrido na Europa em geral e até nas literaturas americanas.

A imagem de um francês dominado, ou melhor, dirigido pela razão, que, assim, se diferencia do alemão; junte-se a isto a imagem de “uma arte de pensar alemã”, que combina melhor com a anglo-saxão do que com a românica, continuando estas imagens ainda prevalecendo nos tempos de hoje. E o mesmo também vale para determinadas representações da suposta outricidade do leste europeu.

Mais interessante – e, de certa forma, uma prova clara de força e capacidade de persistência dessas “imagotípias” – é o fato de que os autores e críticos franceses de orientação contrária à Alemanha (por exemplo, os assim denominados “anti-românticos” que, no plano político, e quase em simultâneo, constituíam os representantes da extrema direita, como por exemplo Charles Maurras e sua “Action Française”) também delas se serviam, mas, neste caso, com uma apreciação às avessas. Se, para Madame de Staël, o Romantismo alemão era um conceito positivamente carregado, para os anti-românticos tratava-se meramente de uma doença, que tinha penetrado na França, vinda do outro lado do Reno e do canal de Ärmel e que representava um verdadeiro perigo para “l’Occident” (o Ocidente). E, se para Madame de Staël, cuja família era de Genebra, sendo ela mesma protestante à época do seu livro sobre a Alemanha, o protestantismo era uma forma avançada do cristianismo, no caso da França conservadora, tratava-se, de nada mais do que uma traição à religião do Oriente – tipicamente uma infecção do verdadeiro mundo intelectual europeu, oriunda da Alemanha. E, por fim, no que se referia ao germânico ímpeto de liberdade, tão elogiado por Madame de Staël, e que estava ligado ao Romantismo (colocando-se contra as regras rígidas do Classicismo) e ao protestantismo, voltado contra a igreja oriental, este ímpeto de liberdade não era mais nada além da oposição à idéia de ordem, criada no Ocidente, tendo por base as mais antigas tradições (sobretudo as romanas). Mesmo em pleno desenrolar do século XX, ainda demorou muito até que uma comparatística de espírito crítico pudesse desemperrar estas estruturas através de um processo binacional, ou melhor, supranacional. E foi só o método crítico-racionalista, que possibilitou à imagologia literária descobrir elementos, que se podiam comparar aos objetos do mundo mostrados por Karl Popper, no que, simultaneamente, também se tornou possível mostrar que, nas teorias da “psicologia dos povos”, não havia nada mais do que uma coleção de imagotipos absolutamente levianos.

A nossa função era, partindo de uma perspectiva científica, “desconstruir” (exatamente como se bactérias fossem) os elementos citados, que sobrecarregavam o pensamento ocidental, para usar um *terminus* corrente desde há pelo menos um século. E foi também o momento em que nós, a partir da comparatística, pudemos fazer a sugestão terminológica de uma transição da assim denominada “etnopsicologia” para uma “etnoimagologia”. Com isto, não nos restringimos apenas a uma desconstrução das características nacionais, dos caracteres nacionais e das entidades, conferidos aos povos. Nós relativizamos, em última análise, os próprios conceitos de povo e questionamos até mesmo a constituição dos atuais estados europeus. O que se quer realmente dizer com “Alemanha”, essa terra caracterizada com muito sucesso, por Madame de Staël, como romântica, amante da liberdade e marcada pelo espírito do protestantismo? A Bavária também faz parte disso? E não se trata das conseqüências de um ato caprichoso da história, que a Áustria não faça parte disso, melhor dizendo, que um estado prussiano de língua alemã não tenha surgido no sul e um estado bávaro-austríaco, também de língua alemã, não tenha despontado no norte? E quem é, agora, de fato alemão? Nós sabemos que era uma consciência nacional-liberal que estava na base do desenvolvimento

ocorrido. Nós conhecemos o pensamento de Hoffmann von Fallersleben e sabemos que, também ele, encarado de um ângulo crítico-racional, pode ser facilmente “desideologizado”, ou melhor, “desconstruído”, o que se poderia aplicar igualmente aos suíços – sem falar do Luxemburgo de língua alemã, e dos cidadãos belgas da comunidade de idioma alemão.

Mas limpemos primeiro o nosso próprio pátio – no sentido restrito da palavra. Estou pensando no espaço Benelux e na evidência nacional dos belgas e dos habitantes dos “Países Baixos”, que coloco entre aspas.

Devemos primeiro tratar do problema de identidade da Bélgica e da de seus habitantes. Quem hoje se der o trabalho de observar mais atentamente as designações oficiais das regiões ou comunidades, cunhadas há poucos anos, criadas com o sentido de pavimentar o chão de um federalismo regularizador belga, logo vai constatar, para seu espanto, que elas testemunham uma falta de coerência. Perto da região de Bruxelas, cujo nome não traz problemas, já que se refere a uma cidade, existem as duas grandes regiões, que na linguagem coloquial são chamadas de Flandres e Valônia, e às quais se junta uma terceira, menor, que com os seus cerca de 65.000 habitantes de língua alemã, constituem a razão de o reino da Bélgica ser hoje oficialmente trilingue. Embora esta região de língua alemã constitua um dos menores estados de uma nova Bélgica federativa que, de acordo com a compreensão corrente em Flandres e na Valônia, não é parte “genuína”, já que o seu *status* especial se deve simplesmente ao tratado de Versalhes, esta região é aquela, cuja designação oficial é *a mais natural* e, sem sombra de dúvida, a menos complicada de todas: De acordo com a linguagem falada pelos habitantes ela se chama *comunidade de língua alemã*. Todavia, isso não ocorre nas comunidades maiores, que ainda continuam sendo a razão pela qual se diz que os belgas compõem-se de *flamengos* e de *valões* (ou como se diz em um hino bem conhecido: “Flamand et Wallon ne sont que dês prénoms, Belge est votre nom de famille” (Flamengo e valão são apenas dois pré-nomes, belga é seu nome de família). Mas se alguém esperasse que, analogamente à de língua alemã, essas duas comunidades fossem classificadas de acordo com a língua dos habitantes, ver-se-ia desapontado em sua lógica. Valônia navega sob o nome de Communauté Française (Comunidade francesa), onde fica em aberto o número de interpretações para as quais este adjetivo aponta. E no caso de Flandres é novamente diferente. Aqui não se diz *Nederlandstalig* a apontar para a língua, nem *Nederlands*, visando o país vizinho da mesma língua, mas sim *Vlaamse Gemeenschap*, onde o adjetivo levanta mais de um problema.

No caso da Valônia, as coisas ainda são relativamente fáceis. Os Valões são cidadãos belgas, que falam dialetos franceses e que se servem do francês como língua oficial. O que os separa da França é, em última instância, uma fronteira estatal. Eles são na verdade – e não só no sentido filológico – franceses de nacionalidade belga; podemos afirmar isto mesmo sabendo que uma grande parte deles é formada por imigrantes de Flandres (ou por seus descendentes), e que, com isto, acabam se sentindo em determinadas circunstâncias como estrangeiros em relação aos franceses. Mas para os flamengos os contextos são mais complicados. As designações *Flandres* (lugar), *flamengo* (cidadão), *flamengo* (língua) pertencem à linguagem cotidiana do contexto belga, válido desde 1830, e, em sentido restrito, são geralmente empregados de modo errôneo. Quase sempre referem-se àquela parte do estado, onde os moradores falam dialetos dos Países Baixos, e também àquelas partes, onde estes dialetos, do ponto de vista filológico, não são o flamengo, senão o limburguês ou o brabantico. Pois “flamengo”, ao pé da letra, é apenas o nome para os dialetos que são falados nas províncias do leste e oeste da Flandres. Visto deste ângulo, apenas os moradores dessas províncias são flamengos, ao passo que os habitantes das províncias de Brabante e

Antuérpia são brabantes e falam também dialetos brabanticos, assim como os habitantes da província de Limburgo são limburgueses e falantes de limburguês. E isto tudo só é válido na medida em que não fizeram uso da língua oficial que é o *holandês* que, ao lado do alemão, dinamarquês, norueguês, sueco, islandês, frísio e inglês, se constitui numa língua germânica autônoma. As expressões *Flandres* e *flamengos* são, portanto, em referência à parte falante de língua holandesa do reino belga, designações *pars pro toto* (a parte pelo todo) específicas: Visto como um dos dois “povos” citados que habitam a Bélgica, o assim chamado “povo” dos flamengos é, para simplificar, assim denominado segundo aquela parte do território que habita, que, no decorrer da história, havia se tornado a mais famosa, a saber, o condado de Flandres.

Além disso, há um outro detalhe que é significativo dentro deste contexto e que ressalta ainda mais a falta de congruência entre a designação e o designado. O grupo que fala o dialeto flamengo, e que conferiu o nome à região belga que fala o holandês, se espalha para regiões que vão além das fronteiras belgas, constituindo, de um lado, uma parte do território francês (Departaments *Nord* e *Pas de Calais*) e, de outro, um pedaço do território holandês (*Zeeland* ou *Zeeuws Vlaandere*). No mais a situação dos dois outros grupos belgas falantes de língua holandesa é semelhante: Ao lado das províncias de Brabante, fazendo com elas fronteira, há em território holandês a província *Noord-Brabant*, onde se fala igualmente brabantico; e, junto à província de Limburgo, com capital em Hasselt, há a província de Maas, limitada pelo rio Maas, com capital em Maastricht. Aliás, como devo realmente chamar esta província, se quiser diferenciá-la das províncias belgas citadas? *Limburgo holandesa*? Isto agrada àqueles que querem ressaltar a diferença de estado entre a Bélgica e o atual reino holandês. Mas pode também gerar desagradados, nomeadamente, junto àqueles que insistem em dizer que os belgas falantes de língua holandesa, são tão holandeses quanto os súditos da rainha Beatriz. Ou devo falar de uma *Limburgo holandesa*, lançando mão da terminologia coloquial que, não raro, é mais fácil de entender? É provável que chamem a minha atenção por se tratar de uma *contradictio in terminis* (contradição terminológica). De fato, assim como os termos *Flandres* e *flamengos* são designações *pars pro toto* (parte pelo todo), para a parte da Bélgica de fala holandesa, assim também o são as designações *Holanda* e *holandês* para os domínios “do reino da Holanda”, que tomados ao pé da letra só valem para as províncias *Noord-Holland* e *Zuid-Holland*. Todavia, ainda assim, essa terminologia errada (porque é linguagem coloquial) é de fato clara e absolutamente prática; e este é também o motivo pelo qual, apesar de todas as manifestações dos habitantes dessa província, de que eles não são holandeses, mais ou menos 90% dos ônibus de viagens e dos caminhões de Maastricht, Heerlen e Valkenburg adicionam aos nomes de suas firmas ou aos endereços o nome Holanda.

Qual é o significado de tudo isto?

Quer dizer que não apenas fatores e emoções nacionais são responsáveis por esta confusão, mas também que, justamente as regiões europeias de fronteira e de cruzamento permitem uma visão particularmente clara daquela verdade essencial de que nossas nações não são nem eternas, nem designadas por Deus e, sobretudo, não são “sagradas”; mas são, acima de tudo, estruturas de pensamentos concretizadas de modo transitório no plano histórico. Em seu célebre discurso “Qu’est-ce qu’une nation?” (O que é uma nação?) Ernest Renan designou a nação como o resultado de um “plébiscite de tous les jours” (um plebiscito de todos os dias) e, com isso, apontava para a situação da discutidíssima Alsácia, entre o outrora “Império Alemão” e a França. O escritor alsaciano Jean Egen, quase um século mais tarde, no primeiro volume de suas *Mémoires d’Alsace* (Memórias da Alsácia), *Les tilleuls de Lautenbach* (As tílias de Lautenbach)

(1979), avançou mais um passo, ao considerar aqueles, que se empenhavam por uma decisão radical em favor de uma das nações em conflito, citadas acima, “les imbéciles” (os imbecis) e traduziu esse conceito na versão alemã desse romance, em que colaborou como “os patriotas”, (tomando esse termo de empréstimo a Jean-Paul Sartre).

Todavia o olhar sobre nossas regionalizações européias, através de fronteiras e de cruzamentos, ensina-nos ainda outra lição – sobretudo, se olharmos para o passado histórico. Nomeadamente, que houve de fato, também na nossa velha Europa, formas ligadas ao regional (muitas vezes equivocadamente designado de “nacional”) e que, em parte, ainda continuam existindo, e que simplesmente correspondem a uma necessidade de “proteção”. Também não nos deveríamos esquecer do fato de que o pensamento “nacional”, no nosso passado europeu, não apenas foi carregado por uma massa insensível ou, mais grave ainda, estimulado por uma burguesia cheia de ódio à la Dieter Hessling do *Untertan* (Súdito) de Heinrich Mann, senão que também por figuras relevantes – justamente do meio literário – que também se empenharam nisso. O hino “Lebe droben, o Vaterland, und zähle nicht die Toten” (Vive lá no alto, ó pátria, e não contes os mortos) do “Dichter in dürftiger Zeit” (poeta em tempos de escassez) não é apenas uma fórmula desgastada, adequada ao uso de políticos e demagogos sem consciência para arrastar jovens aos campos de batalha da Europa e à morte; também deveria haver algo, que não pode simplesmente ser equiparado ao nacionalismo da época das autênticas ou supostamente autênticas “guerras de libertação”, algo que toca uma necessidade humana mais profunda, como por exemplo, em Hölderlin e tantos outros, quando se tratava do “Vaterland” (pátria) e da “Land der Mutter” (mátria). Aqui entra algo que está relacionado com a busca de “proteção”, para utilizar a palavra no sentido que lhe atribuí o filósofo Otto Friedrich Bollnow – e que não pode ser explicado exclusivamente a partir do medo atávico do homo sapiens dependente da horda em tempos primevos. A “pátria” de Hölderlin, melhor dizendo, a “mátria” não era, aliás, uma “Alemanha”, muito menos um “Império Alemão”, mas sim seu mais próximo torrão natal, a sua “Suevia”. No decorrer deste nosso terrível século XX, alguns escritores e pensadores, que viviam “entre as nações”, ou mesmo que delas foram expulsos, passaram a discutir este problema do “sentimento pátrio”, do “do apego à terra natal”. Assim, alguns deles chegaram à idéia de que o termo pátria e língua materna se equivaleriam. Poder-se-ia talvez imaginar na Europa multinacional do futuro – quando diversas línguas, sem levar em conta a territorialidade, estariam sendo faladas simultaneamente nos mais diversos lugares do continente – que a própria língua assumisse para o indivíduo a função de “pátria”, e que tivesse condições de transmitir um sentimento de “pertença” e até mesmo de “sentimento espacial”? Portanto, a língua possivelmente como “espaço”, no qual o falante se possa sentir “em casa”, e onde possa cultivar um certo sentimento de proteção que, outrora, o pensamento “patriótico” lhe prometera e, em certa medida, também lhe concedera? Os escritores, em todo o caso, acreditaram nisso. Sobretudo, Heinrich Heine, que designava, como se sabe, a língua alemã como sua “pátria portátil”. Mas também bem depois do Romantismo e, na verdade também totalmente dele independente, havia em toda Europa escritores que, em relação à sua própria língua se sentiam assim ou de modo semelhante. Para citar Ingeborg Bachmann: “Eu, com a língua alemã, esta nuvem em torno de mim, que considero como casa, me movimento entre todas as línguas.” E a partir dessa idéia de “espaço”, quase como consequência, cito Julien Green: “La langue, elle aussi est une patrie” (A língua, também ela é uma pátria). Ou em relação ao holandês, dizia W.F. Herman, que outrora vivia em Paris: “De taal is mijn vaderland.” Ou ainda como diz o poeta israelense de origem alemã, cujo nome é em hebraico Shalom Ben-Chorin, claro e cristalino: “Não a Alemanha, mas a língua alemã é minha pátria”. Expressões que

reconhecem a língua como “pátria”, e que simultaneamente dizem um não ao endereço do estado nacional, ou melhor, um não ao estado nacional ou ao nacionalismo popular. Evidentemente são também a projeção de problemas que, sem dúvida, chegarão a nós numa Europa unida, onde as partes da comunidade não mais estarão separadas, divididas, por fronteiras inibidoras. Nossa tarefa será a de amarrar esses sentimentos “de ligação com a pátria”, melhor, essa necessidade de “proteção” – acima de quaisquer patriotismos ou “patridiotismos” – com um reconhecimento à Europa. Um pensar e sentir que, na época da comunicação global e da visão global, não pode mais deixar de ser realizado, sem levar em conta diferenças verdadeiras e não apenas supostas.

Diferenças, que têm por base predisposições humanas comuns que, como admitiu certa vez o filósofo Jaap Kruithof, (um racionalista determinado), tornam compreensíveis os sentimentos nacionais, que surgem da idéia de defesa, como por exemplo na Polônia, o maior país no âmbito do Leste. Jamais esquecerei a cena amplamente divulgada pela televisão na Praça São Pedro, há mais de 25 anos, quando o novo papa, de origem polonesa, na conhecida sacada do Vaticano, diante da multidão, fez um pronunciamento em italiano, e onde, em referência à sua origem, disse em voz alta e ponderadamente: “Sono un filio di Polonia”. Uma jovem freira, obviamente também oriunda da Polônia, ao ouvir estas palavras, cobriu o rosto com as mãos diante da câmara e caiu em prantos.

Voltando ao início da nossa conversa. Uma ligação de reconhecimento da Europa com “sentimentos de apego à terra natal”, ou em outras palavras, com sentimentos de proteção, que têm sua origem numa ligação emocional a uma região, que, a propósito, foi designada também como “pátria mais próxima”. Seria isto possível? Nós acreditamos que sim. E poderíamos aqui avançar um passo à frente e perguntar se há alguma possibilidade de desenvolver sentimentos “pátrios” semelhantes tendo em vista a União Européia como um todo. Em Coudenhove-Kalergi, o pai da idéia da Pan-Europa, encontramos idéias parecidas. Mas este assunto daria matéria para um outro ensaio.